

INFORMATIVO  
2013

# ANEXO



INFORMATIVO  
2013



Diretor-Presidente

**Youssif Domingos**

Diretor de Normatização e Fiscalização

**Ayrton Rodrigues**

Diretor de Regulação Econômica

**Valter Almeida da Silva**

Diretora de Administração e Planejamento

**Sandra Regina Fabril**

## Missão

Ser reconhecida pela sociedade como agência de excelência na regulação e na fiscalização dos serviços públicos delegados, contribuindo para a formulação de políticas públicas sustentáveis.

## Visão

Servir à sociedade por meio da excelência dos serviços públicos delegados e contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul.

## Valores

Ética

Respeito ao Cidadão

Eficiência

Transparência

Imparcialidade

Impessoalidade

Sustentabilidade

Inovação

Compromisso com o interesse público



## Mensagem da Diretoria

O ano de 2013 reorganizou a Agência sob o aspecto administrativo com a nomeação de Youssif Domingos ao cargo de Diretor Presidente da **Agepan**, em abril, para cumprir mandato de quatro anos dirigindo a instituição.

Ainda em abril, foi reconduzido ao cargo de Diretor de Normatização e Fiscalização, Ayrton Rodrigues, por um período de mais quatro anos.

Em julho de 2013, foi preenchida a vaga de Diretor de Regulação Econômica, vacante desde janeiro, pelo Analista de Regulação – Valter A. Silva, para cumprir mandato complementar até abril de 2015 completando, assim, o quadro de diretores da Agência.

Dentre as realizações da **Agepan** durante o ano, nos segmentos econômicos em que atua, destacam-se as seguintes atividades:

Relativamente aos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado, foram realizadas nove fiscalizações nas concessionárias que atuam em Mato Grosso do Sul – ENERSUL e ELEKTRO, e em duas Cooperativas de Energização e Desenvolvimento Rural.

Com a intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, efetivada na concessionária ENERSUL em dezembro de 2012, e por conta da Resolução Normativa nº 524 que estabeleceu o regime especial de sanções regulatórias a ser aplicado à referida concessionária, durante a intervenção as fiscalizações executadas pela **Agepan** tiveram caráter exclusivamente orientativo e/ou determinativo, sem a imposição de penalidades.

O ano de 2013 foi especial para a geração de energia elétrica em Mato Grosso do Sul, em função do leilão de energia nova A-5, realizado em 29 de agosto desse ano pela ANEEL. Dos 9 (nove) empreendimentos contemplados, que produzem energia elétrica a partir da biomassa, 4 (quatro) são de Mato Grosso do Sul. Esses empreendimentos garantirão investimentos, até 2018 de, aproximadamente, R\$ 615 milhões e acrescentarão 239 MW de potência ao parque gerador do Estado, consolidando a posição de MS como exportador de energia elétrica.

Ampliando a atuação da **Agepan** no segmento de energia elétrica, foi assinado com a ANEEL, em dezembro, o Contrato de Metas para a Fiscalização Econômica e Financeira dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica em MS - atividades complementares relativas aos Processos Tarifários e Licitatórios e de Gestão e Conformidade, para o exercício financeiro de 2014.

Relativamente ao transporte, em parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda, por meio da Superintendência de Gestão da Informação – SGI, foram desenvolvidos e implantados: o Sistema de Gestão de Linhas e Tarifas do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de MS – SGLTAR, e o Sistema de Gestão de Concessão de Benefícios – SGCB, visando a modernização dos sistemas que suportam os serviços de regulação e fiscalização desse segmento econômico.

Também foi firmado um Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras Públicas e Transporte – SEOP, a Universidade de Brasília – UNB e a Universidade Federal de MS – UFMS, com interveniência da **Agepan**, para o desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, objetivando o aumento da eficiência e eficácia da regulação do transporte de passageiros, bem como a elaboração do projeto para a reestruturação do transporte intermunicipal de passageiros em MS.

No futuro, com a implantação dos produtos previstos no Plano de Trabalho do convênio, espera-se que as ações impactem positivamente na qualidade dos serviços operados, trazendo benefícios para toda a sociedade, uma vez que os estudos embasarão a modelagem dos serviços a serem licitados, assim como o novo arcabouço regulatório para gestão do transporte intermunicipal de passageiros no Estado.

No transcorrer do ano foram realizadas, pela Agência, 214 operações de fiscalização do transporte intermunicipal e interestadual de passageiros nas rodovias do interior de MS e nas saídas da capital, que resultaram na abordagem de 12.173 veículos, 384 autuações aplicadas ao transporte intermunicipal, 58 autuações aplicadas ao transporte interestadual e na apreensão de 14 veículos. Também, durante o ano, foram feitas 3.000 vistorias veiculares pela equipe da Câmara Técnica de Transporte, em ônibus e micro-ônibus cadastrados na **Agepan** para prestação do serviço.

No segmento de gás canalizado foram efetivadas consultas públicas e, posteriormente, publicados os normativos sobre as condições gerais de fornecimento e qualidade dos serviços de distribuição, e sobre as condições gerais para a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado a consumidor livre, autoimportador e autoprodutor em MS.

No saneamento, mais um município assinou convênio para a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela concessionária totalizando, assim, 41 municípios conveniados com a **Agepan**, e em dezembro foi firmada parceria técnica entre o governo, a concessionária do serviço público e a agência reguladora para disponibilização de consulta às informações do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA.

Com o crescimento do setor industrial e o acelerado desenvolvimento do Estado nos últimos anos, existe a expectativa da entrada, em breve, de diferentes segmentos econômicos para serem regulados e fiscalizados, trazendo novos desafios a serem enfrentados, como a ampliação do quadro de pessoal da agência reguladora e a estruturação das respectivas áreas técnicas para dar cumprimento às novas atividades.

Assim sendo, estamos trabalhando para dotar a **Agepan** de mecanismos que facilitem o desenvolvimento de suas atividades fim, bem como aprimorem os resultados obtidos no exercício de sua missão.

**YOUSSEF DOMINGOS**

Diretor Presidente

## Sumário

Agpepan

11	A Agência
14	Gestão
22	Procuradoria Jurídica
24	Relacionamento com a Sociedade
25	• Ouvidoria
29	• Assessoria de Relações Institucionais (A.R.I.)
<b>REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:</b>	
34	Energia Elétrica
46	Transporte Rodoviário de Passageiros e de Cargas
58	Gás Canalizado
68	Saneamento Básico
75	Expediente



# A Agência

## HISTÓRICO

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (**Agepan**), entidade autárquica criada pela Lei nº 2.363, de 19/12/2001, completou, em 2013, 12 anos de atuação na área regulatória do Estado.

As primeiras atividades da Agência iniciaram-se com o Convênio de Cooperação Técnica firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em junho de 2002, quando foram descentralizadas pela Agência Nacional as atividades de fiscalização técnica e comercial da qualidade dos serviços de eletricidade e ouvidoria. Posteriormente, foi descentralizada, também, a fiscalização dos serviços de geração e o relacionamento institucional.

Em meados de 2003, a **Agepan** passou a regular e fiscalizar os serviços delegados do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que, até então, era competência do Departamento de Estradas de Rodagem de MS (DERSUL).

Em julho de 2004, a Agência assinou convênio de cooperação técnica com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros e, mais tarde, também, do transporte nacional de cargas em trânsito por MS.

Posteriormente, passou a regular e fiscalizar os serviços de distribuição do gás natural canalizado por delegação do Estado de Mato Grosso do Sul e, finalmente, com a regulamentação, em 2010, da Lei nº 11.445/2007, foi ampliado o número de convênios de cooperação, que já vinham sendo firmados desde 2009, com diversos municípios do Estado para regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário.

### ▶ **Serviços públicos regulados e fiscalizados pela Agepan**

Gás Canalizado – Regulação e Fiscalização

- Concessionária: MSGÁS - Cia. de Gas do Estado de Mato Grosso do Sul

Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros – Regulação e Fiscalização

- 18 operadoras do transporte regular e 45 transportadores autônomos, organizados em 2 cooperativas.

Saneamento – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

- Concessionária: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – Sanesul
- Municípios conveniados: 41

### ▶ **Serviços Públicos fiscalizados pela Agepan por meio de Convênios de Cooperação Técnica**

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Fiscalização dos Serviços de Distribuição de Energia das concessionárias que atendem MS:

- Empresa Energética de Mato Grosso do Sul – ENERSUL – 74 municípios,
- ELEKTRO S.A. – 5 municípios

Fiscalização dos empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado.

Número de empreendimentos sujeitos à fiscalização: 65.

- Atendimento de Ouvidoria.

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

- Fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros em trânsito por MS.
- Fiscalização do transporte rodoviário nacional de cargas em trânsito por MS – RNTRC.

## Estrutura Organizacional

De acordo com o Decreto nº 13.495/2012, a **Agepan** está assim organizada:

### Conselho de Administração

#### ► **Diretoria da Presidência** **Conselho Diretor**

- Procuradoria Jurídica
- Ouvidoria
- Assessoria de Estudos de Mercado
- Assessoria de Relações Institucionais
- Assessoria de Gabinete

#### ► **Diretoria de Normatização e Fiscalização**

##### **Câmara Técnica de Energia Elétrica**

##### **Câmara Técnica de Transporte:**

- Núcleo de Fiscalização;
- Núcleo de Vistoria;

##### **Câmara Técnica de Saneamento:**

- Núcleo de Regulação Técnico Operacional
- Núcleo de Fiscalização

##### **Câmara Técnica de Gás Canalizado**

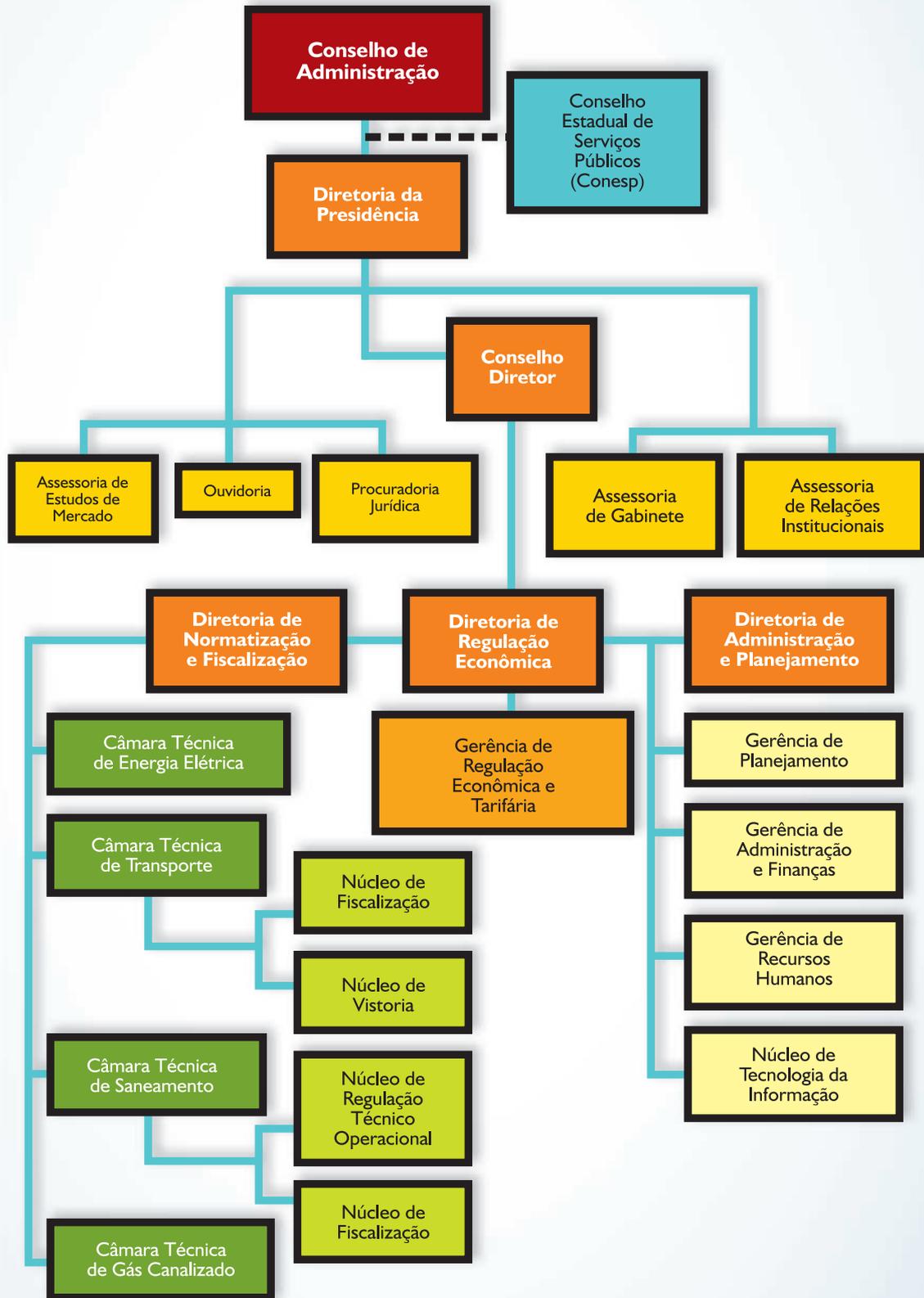
#### ► **Diretoria de Regulação Econômica:**

- Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

#### ► **Diretoria de Administração e Planejamento:**

- Gerência de Planejamento
- Gerência de Administração e Finanças
- Gerência de Recursos Humanos
- Núcleo de Tecnologia da Informação

# Organograma



# Gestão



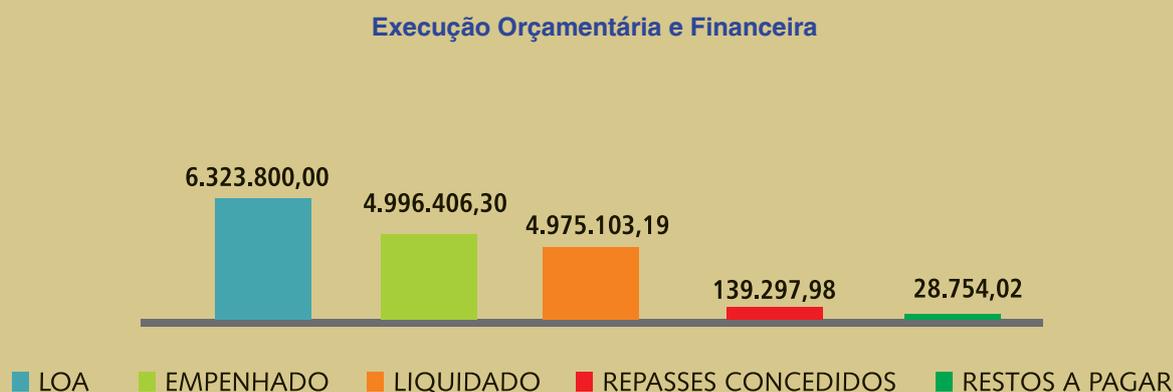
## Diretoria de Administração e Planejamento - DAP

### Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento da **Agepan** para o ano de 2013 apresentou dotação orçamentária de R\$ 6.323.800,00. Em relação à execução financeira, o total efetivamente pago chegou a R\$ 5.143.155,19, que corresponde a 81,33% da dotação orçamentária disponível para execução.

Desse montante, R\$ 168.052,00 referem-se às despesas relacionadas ao exercício anterior e a repasses concedidos.

A dotação e a distribuição dos dispêndios da Agência estão indicadas no quadro adiante.



### Compõe a receita :

#### Recursos Diretamente Arrecadados

- Oriundos da Taxa de Fiscalização do Transporte, principal fonte de receita da Agência, sendo repassados mensalmente nos termos definidos na Lei 320/81, com o objetivo específico de regular e fiscalizar o sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.
- Oriundos da Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle do Serviço Público de Saneamento Básico, repassados mensalmente à Agência, nos termos definidos na Lei 4.147, de 19 de dezembro de 2011.
- Recursos provenientes do recolhimento da Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado, repassados mensalmente à Agência, nos termos definidos na Lei 4.146, de 19 de dezembro de 2011.

## Convênios

- Recursos provenientes do convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), os quais são vinculados e devem ser utilizados para cobertura das despesas com a descentralização de atividades de regulação na área de energia elétrica, incluindo despesas administrativas e de pessoal.
- Recursos provenientes de convênio, com destinação vinculada, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

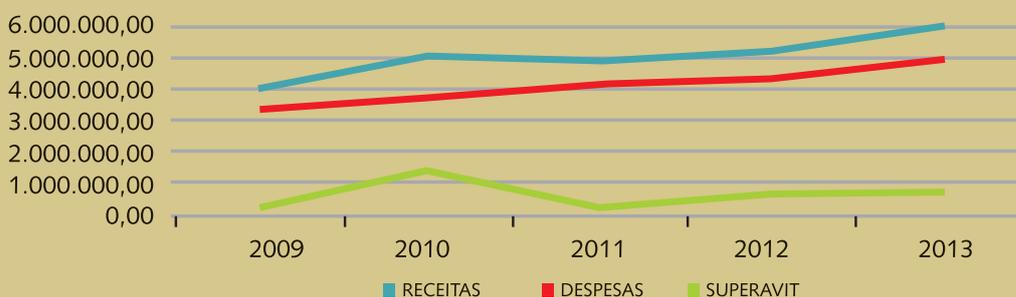
Os recursos da **Agepan** provêm predominantemente da Taxa de Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos Delegados, o que possibilitou à Agência conquistar, desde 2005, sua autonomia financeira, tornando-se autossustentável e economicamente independente. Desde então, vem alcançando superávit anual.

Em 2013, a receita da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS (**Agepan**) chegou a R\$ 5.965.150,49, superior 16% à apurada no exercício anterior.

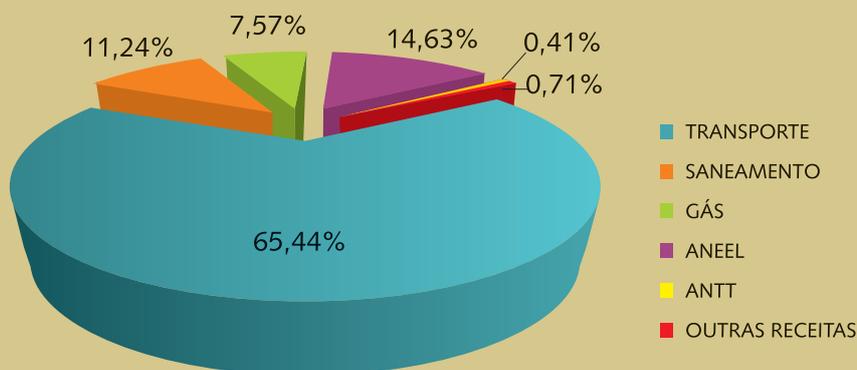
Considerando-se os recursos totais da Agência, o superávit de 2013 resultou em 13,78% de sua arrecadação, atingindo o montante de R\$ 821.995,30, conforme demonstram a tabela e o gráfico a seguir:

RECURSOS	2009		2010		2011		2012		2013	
	R\$	%								
RECEITAS	4.032.500,00	100	4.827.587,31	100	4.787.216,15	100	5.140.755,23	100	5.965.150,49	100
DESPESAS	3.558.636,00	88,25	3.780.914,46	78,32	4.230.068,26	88,36	4.371.044,71	85,03	5.143.155,19	86,28
SUPERAVIT	473.864,00	11,75	1.046.672,85	21,68	557.147,89	11,64	769.710,52	15	821.995,30	13,78

### Receitas e Despesas - 2009 a 2013



A **Agepan** é uma autarquia estadual superavitária que não depende de recursos do Tesouro do Estado desde o ano de 2005. O gráfico a seguir demonstra a origem dos recursos por segmento de atuação da Agência.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO 2013					
DESPESAS			RECEITAS		
DE CUSTEIO			PRÓPRIAS	CONVÊNIOS	
	FONTE 40	FONTE 81	FONTE 40	FONTE 81	
Pessoal	3.291.919,95	753.365,49	Taxa Cadastro	22.539,88	
Consumo	24.712,42	21.336,24	Exp. Certificados	14.838,22	
Serviços	469.760,12	110.362,53	Taxa Vistoria	267.066,52	
Obrig.Trib.Contrib.	53.122,64		Contrato BB	40.965,14	
Dev.Convênio		10.390,36	Serviços Reprografias	1.131,16	
Desp.Exerc.Anterior	12.880,44		Taxa GÁS	451.461,38	
DESTAQUES (Repasses Concedidos)	139.297,98		Taxa Transporte	3.037.669,32	
RAP- Restos a pagar	28.754,02		Taxa Saneamento	669.703,05	
<b>TOTAL</b>	<b>4.020.447,57</b>	<b>895.454,62</b>	Auto Infração	407.151,42	
DE CAPITAL			Taxa de Autorização	151.617,84	
	FONTE 40		Rend.Aplic. (Conv. ANTT)		222,44
Permanente	227.253,00		Rend. Aplic.(Conv. ANEEL)		4.262,01
<b>TOTAL</b>	<b>227.253,00</b>		Convênio ANEEL		872.245,35
			Convênio ANTT		24.276,76
			<b>TOTAL</b>	<b>5.064.143,93</b>	<b>901.006,56</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>5.143.155,19</b>	<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>5.965.150,49</b>

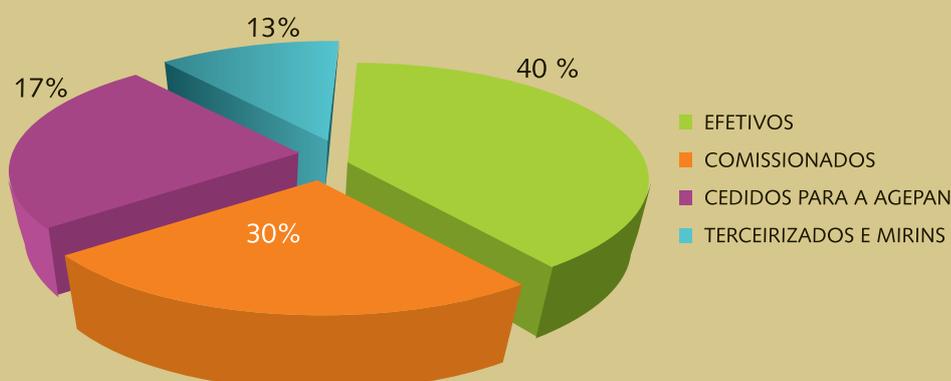
### Investimentos e doação

Em 2013, para reforçar a atualização da fiscalização, a Agência adquiriu duas camionetas Amarok 2.0, cabine dupla, CD 4x4, e recebeu, em doação, duas picapes Mitsubishi L200, cabine dupla, da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal (IAGRO).



## Gestão de Recursos Humanos

O quadro de pessoal da **Agepan** é formado por 87 servidores, dos quais: 35 são do quadro efetivo, 26 em cargos de livre provimento, 15 cedidos de outros órgãos estaduais e 11 terceirizados, contando com agentes patrimoniais, mirins e pessoal de limpeza. Dos 15 servidores cedidos, 12 atuam na fiscalização do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, 2 na administração e 1 como Procurador Autárquico.



## Desenvolvimento Profissional e Capacitação

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos da **Agepan**. A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para a consolidação da imagem de excelência da Instituição.

Desse modo, a Agência tem investido no desenvolvimento de seu corpo técnico e na aprendizagem organizacional, com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento, estimular processos contínuos de inovação e promover o aperfeiçoamento organizacional.

Em 2013, houve a participação dos servidores em seminários, cursos de aperfeiçoamento, congressos, encontros e outros, conforme indicado no quadro a seguir:

Evento	Carga Horária	Participantes
5º Encontro Anual de Fiscalização da Geração	40h	2
Fórum de Ouvidores da ANEEL	08h	1
Instalações Elétricas de média tensão I e II ABNT-NBR 14039:2005 e ABNT-NBR 1575:2009	16h	1
12ª Reunião da Câmara Técnica Saneamento-ABAR	16h	9
Oficina de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico	40h	7
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	40h	1
Congresso ABAR	40h	4
7ª Conferencia do Saneamento	20h	1
Curso de Desoneração da Folha de Pagamento	16h	1
10ª Reunião Câmara Técnica de Saneamento-ABAR	16h	1
11ª Reunião Técnica ABAR	10h	1
Encontro Nacional Ouvidores Setor Elétrico promovido pelo Fórum Nacional Ouvidores com apoio ANEEL	12h	2
Saber Mais - Direito Administrativo Serviços Públicos	08h	1
Treinamento e Metodologia de Controle de Qualidade	20h	2
Reunião de Nivelamento sobre entendimento do Contrato de Metas	08h	1
Treinamento Call Center da Tellus	32h	1
Plano Municipal de Saneamento em atendimento ao requisito legal Lei 11.445/2007	12h	1
II Reunião Ordinária Fórum Nacional Ouvidores Setor Elétrico	12h	1
Encontro Nacional dos Fiscais de Distribuição de Energia	32h	4
A Busca do Entendimento, cujo objetivo é disseminar, compartilhar e uniformizar procedimentos de ouvidoria entre a ANEEL e as Agências Reguladoras.	20h	2
	<b>418 h</b>	<b>44</b>

## Adicional de Plantão

O segmento do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros exige atuação constante da fiscalização, independentemente de horário ou feriados, para que abusos e transgressões por parte dos prestadores do serviço regular sejam evitados ou corrigidos, e para coibir a atuação do transporte clandestino.

A fim de remunerar as atividades dos fiscais em plantões de trabalho a **Agepan**, com base no Decreto Estadual nº 12.755/2009, que trata do assunto, solicitou e o governo do Estado autorizou o pagamento de plantões aos fiscais da Agência mediante programação de escalas prévias às operações.

## Adicional de Incentivo à Produtividade

Em 20 de junho de 2013 foi publicado o Decreto nº 13.659, que alterou o Decreto nº 12.591, regulamentando o pagamento do Adicional de Incentivo à Produtividade no âmbito da **Agepan**, e em 30 de julho de 2013 foi publicada a Portaria **Agepan** nº 097 que aprovou a Ficha de Avaliação de Desempenho Individual, como subsídio para apuração do nível de desempenho dos servidores da Agência para fins de pagamento da produtividade.

## Tecnologia da Informação

A tecnologia da informação é responsável, além das atividades de suporte aos usuários, pela administração dos recursos de informática, pelo funcionamento adequado dos equipamentos na rede de dados, pela manutenção dos equipamentos e pelo suporte à telefonia, garantindo o recebimento e o tratamento dos dados, por meio de desenvolvimento e da manutenção dos sistemas que suportam as fiscalizações e o apoio administrativo.

Em 2013, houve o desenvolvimento e a implantação dos projetos do Sistema de Gestão de Linhas e Tarifas do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de MS (SGLTAR), e o Sistema de Gestão de Concessão de Benefícios (SGCB), cujo objetivo foi a modernização dos sistemas que suportam os serviços de regulação e fiscalização da Agência.

Foi também implantada a intranet como forma de tornar as informações internas mais acessíveis aos colaboradores, com sua disseminação em tempo real.

## Planejamento Estratégico

### Implantação do Planejamento Estratégico 2012-2013

As Unidades da **Agepan** definiram as estratégias para o alcance das metas estabelecidas para o ano 2013. Foram elaborados 53 (cinquenta e três) planos de ação, cuja implantação foi acompanhada pelas diretorias às quais as unidades estão vinculadas hierarquicamente. Assim, obteve-se a seguinte distribuição de planos por diretoria e pelo conselho diretor:

Diretoria	Unidade	Nº de Planos	Total Planos
DAP	GRH	04	
	GEAF	04	
	GEPLAN	04	
	NUCLEO DE TI	02	
Total DAP			14
DNF	CATRANSP	08	
	CATEGÁS	02	
	CATENE	02	
Total DNF			12
DRE	CATESA	05	
	GETAR	02	
Total DRE			07
DPRES	OUVIDORIA	02	
	A.R.I.	11	
	PROJUR	04	
Total DPRES			17
CONSELHO DIRETOR		03	
Total CONSELHO DIRETOR			03
TOTAL GERAL DE PLANOS			53

### Resultados Obtidos em 2013

No decorrer do ano de 2013, foram realizados ajustes nos planos, bem como alteração nas diretorias quanto as suas respectivas unidades. O quadro a seguir apresenta um resumo geral da implantação dos planos e seus respectivos resultados obtidos ao final de 2013.

Diretoria	Total	Concluído	Em andamento	Prorrogado para 2014	Excluído	Não realizado
TOTAL PLANOS	53	19	10	13	7	4
DAP	14	8	1	5	0	0
DPRES	15	6	1	1	3	4
DNF	14	5	4	4	1	0
DRE	7	0	1	3	3	0
Conselho Diretor	3	0	3	0	0	0



### Implantação do Sistema de Gestão de Linhas e Tarifas do Serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de MS - SGLTAR

O desenvolvimento e a implantação desse sistema teve como objetivo principal dotar a **Agepan** de uma ferramenta que possibilite o gerenciamento do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de MS, a integração ao Sistema de Gerenciamento de Passagens Aéreas emitidas pelo governo do Estado e a integração ao Sistema de Gestão de Concessão de Benefícios, para o cômputo do crédito outorgado devido às empresas operadoras cadastradas na Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), assim como a integração ao Sistema de Gestão do Passe Livre, para cadastro de idosos e pessoas com deficiência, para obtenção de gratuidade e ou desconto na passagem de ônibus.

Esse projeto, desenvolvido em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação da SEFAZ, foi finalizado e implantado em 2013 e encontra-se em fase de validação.

### Implantação do Sistema de Gestão de Gratuidades e Benefícios no Serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de MS - SGCB

Complementando o SGLTAR, o SGCB foi desenvolvido e implantado com o objetivo de propiciar à **Agepan** o gerenciamento das gratuidades e ou dos descontos concedidos a idosos e pessoas com deficiência dentro do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de MS, tendo como produto a emissão de relatórios, contemplando o cômputo automático do crédito outorgado devido às empresas operadoras cadastradas na SEFAZ. Esse sistema também foi desenvolvido de forma integrada ao Sistema de Gestão do Passe Livre para cadastro de idosos e pessoas com deficiência para obtenção da gratuidade e ou do desconto na passagem de ônibus, atualmente gerenciado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS).

O projeto contou com a parceria da Superintendência da Tecnologia da Informação/SEFAZ, para o seu desenvolvimento, e foi implantado no ano de 2013. Está em fase de validação.

## Plano Diretor do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

Em 20 de Setembro de 2013, foi firmado um convênio entre a Secretaria de Estado de Obras Públicas e Transporte (SEOP), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de MS (UFMS), com interveniência da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (**Agepan**), para o desenvolvimento de estudos técnicos e científicos objetivando o aumento da eficiência e a eficácia da regulação do transporte de passageiros pela **Agepan**, bem como a elaboração de projeto para a reestruturação do transporte intermunicipal de passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul.

O objetivo principal será alcançado por meio dos estudos e das tarefas divididas nas oito metas a seguir:

1. Desenvolvimento de proposta de modelo funcional do sistema;
2. Desenvolvimento de proposta de modelo de gestão e controle da operação do sistema (definição de diretrizes para gestão e controle do sistema);
3. Desenvolvimento de proposta de modelo de remuneração do sistema;
4. Desenvolvimento de proposta de modelo de delegação do sistema (minutas do edital e contrato para a futura licitação dos serviços a serem prestados);
5. Estudo para a elaboração de minutas do anteprojeto de lei do marco regulatório do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul – TRIP-MS;
6. Capacitação e treinamento da equipe técnica da **Agepan** no novo modelo de gestão do sistema TRIP-MS;
7. Consolidação do projeto para a reestruturação do transporte intermunicipal de passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul, para implantação e para o treinamento dos técnicos da **Agepan**;
8. Publicação de artigos, monografias, dissertações ou teses, conforme resultados alcançados no âmbito do convênio.

Ao final dos estudos técnicos, o Estado deverá estar dotado de um instrumento capaz de subsidiar todo o processo de planejamento e controle do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul.



Reunião da equipe técnica e professores



1º Workshop

Procuraduría  
Jurídica

À Procuradoria Jurídica da **Agepan**, composta por integrante da carreira de procurador de entidades públicas, compete: exercer a representação judicial da Agência, examinar os assuntos de natureza jurídica e seus atos normativos, examinar e aprovar as minutas de editais para licitações e concursos públicos, assessorar juridicamente a diretoria, entre outras atividades, delineadas no artigo 2º da Lei Estadual nº 3.151/05 e no artigo 12 do Decreto Estadual nº 13.495/12, respectivamente.

## Atividades

PARECERES JURÍDICOS 2013	
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	19
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS/LICITAÇÃO	24
SERVIDORES PÚBLICOS	17
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	01
ATOS NORMATIVOS DIVERSOS	06
ENERGIA ELÉTRICA	03
SANEAMENTO BÁSICO	01
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>

No tocante à sujeição passiva desta autarquia em demandas judiciais que envolvam o transporte intermunicipal de passageiros, verifica-se que, aproximadamente, 95% dos casos são motivados pela fragilidade do instrumento em que ocorreu a delegação do serviço, qual seja a autorização, e não a concessão, e seu prazo de vencimento estipulado em ato normativo infralegal. Encontra-se em estudo o Plano Diretor do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul, que definirá o novo modelo de prestação desse serviço público e que, conseqüentemente, culminará com a licitação de todo o sistema. A partir desta providência a delegação de tal serviço será, exclusivamente, por meio de concessão, restando a emissão de autorização apenas para casos excepcionais, o quê trará maior segurança jurídica à Administração.

JUDICIAL 2013 (TODAS ENVOLVENDO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL)	
CONTESTAÇÃO	01
INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA	01
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM 1º GRAU	01
PETIÇÕES DIVERSAS	04
<b>TOTAL</b>	<b>07</b>



# Relacionamento com a Sociedade



## Ouvidoria

No âmbito da solução de conflitos, compete à Ouvidoria da **Agepan** receber e dar adequado tratamento às solicitações dos consumidores (pedidos de informação, reclamações, denúncias, críticas e sugestões) relativamente aos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. Todas as solicitações são registradas e tratadas no Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO), que conta com um banco de dados composto de registros.

Esse banco de dados constitui um valioso material para subsidiar as atividades de regulação e fiscalização, pois permite que, além da resolução dos casos concretos, a Agência atente também para o aspecto difuso das questões demandadas. Dessa forma, a **Agepan** pode adotar providências para corrigir, junto às distribuidoras, as práticas e procedimentos que, em desacordo com a regulação vigente, acabam por gerar reclamações reiteradas.

O consumidor que deseja acessar os serviços da Ouvidoria da **Agepan**, para o assunto de transporte intermunicipal de passageiros e de energia elétrica, tem diversos canais de contato à disposição: Central de Teleatendimento (CTA ANEEL): 08007270167; **Agepan** (08006000506); 167 (ANEEL); Fale Conosco (formulário no site da ANEEL: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Agência ([www.agepan.ms.gov.br](http://www.agepan.ms.gov.br)); envio de carta/correspondência para **Agepan** e atendimento presencial na **Agepan**.

O 0800 da **Agepan** e da **ANEEL**, é o canal de acesso que concentra a grande maioria dos contatos dos consumidores. As solicitações que não são finalizadas no primeiro nível de atendimento são encaminhadas à **Agepan** para análise e tratamento (segundo nível de atendimento).

É importante ressaltar que, independentemente da forma de acesso escolhida, todas as solicitações de energia elétrica convergem para o SGO e, uma vez registradas no sistema, obedecem aos mesmos fluxos de tratamento.

Eventualmente, apesar de todos os esforços empreendidos pela Ouvidoria, o consumidor pode discordar ou ficar insatisfeito com as providências adotadas em relação à solicitação registrada – e, da mesma forma, a distribuidora. Em tais casos, é possível a instauração de Processo Administrativo de Ouvidoria.

Em razão da complexidade do setor elétrico, é natural que ocorram divergências entre agentes de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e entre esses e os seus consumidores. A experiência histórica demonstra que os temas que comumente estão na origem de tais divergências dizem respeito ao desacordo acerca do cumprimento de cláusulas contratuais, ao descumprimento de atos regulatórios, à dificuldade de interpretação da legislação, a questões ainda não reguladas e à observância dos direitos e deveres dos agentes e do consumidor.

Surgida a controvérsia, a participação da **Agepan** se dá mediante provocação de uma das partes, a qual solicita a instauração do procedimento de mediação. O pedido é submetido a uma prévia triagem, visando detectar se a questão está aderente a um processo de mediação, ou seja, se o tema proposto oferece margem de negociação às partes sem ferir os limites da via regulatória. Superada com êxito essa preliminar, a outra parte é convidada a participar do procedimento, com base na premissa de que a mediação é um procedimento voluntário, e que só será instaurado pela vontade de ambas as partes.

Havendo tal concordância, promove-se a abertura do processo administrativo e, em seguida, é feita a análise da documentação recebida, por meio da qual se busca definir os contornos da questão conflituosa e montar uma sinopse cronológica do conflito. Cumpridos os trâmites internos, são convocadas reuniões presenciais com as partes, individual ou conjuntamente, as quais são repetidas até que se consiga construir um acordo que propicie ganhos mútuos.

Cabe, ainda, à Ouvidoria a organização de Audiências e Consultas Públicas que visem promover a participação da sociedade e o controle social dos serviços públicos delegados regulados e fiscalizados pela Agência.

### Atendimentos da Ouvidoria da Agepan

#### Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros em MS (TRIP)

TRIP		
Ano	Reclamação	Informação
2010	135	227
2011	200	564
2012	163	518
2013	225	1706

## TRIP Informação



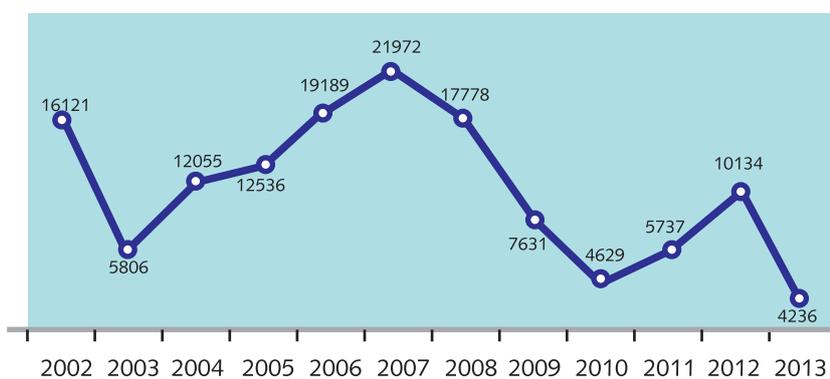
## TRIP Reclamação



### ► Distribuição de Energia Elétrica em MS Concessionária: Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A. – ENERSUL

ENERSUL				
Ano	Informação	Reclamação	Denúncia	Sugestões
2002	16121	386	44	3
2003	5806	135	26	7
2004	12055	232	71	10
2005	12536	473	9	10
2006	19189	1046	13	11
2007	21972	673	22	16
2008	17778	965	10	15
2009	7631	1411	9	6
2010	4629	632	9	4
2011	5737	1468	10	8
2012	10134	1302	9	13
2013	4236	905	5	6

## ENERSUL Informação



### ENERSUL Reclamação



### ENERSUL Sugestões



### ENERSUL Denúncia



Concessionária: ELEKTRO S/A.

ELEKTRO			
Ano	Informação	Reclamação	Outros
2002	256	11	-
2003	408	16	2
2004	372	25	2
2005	279	13	1
2006	235	15	2
2007	191	12	-
2008	155	24	1
2009	131	19	1
2010	194	30	-
2011	228	36	1
2012	445	89	2
2013	568	92	0

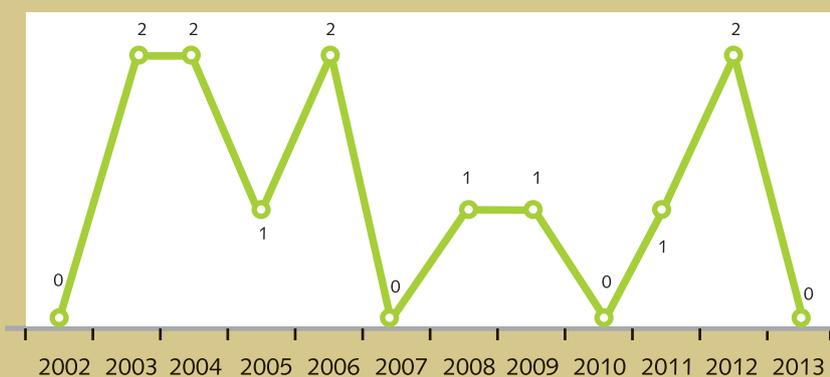
## ELEKTRO Informação



## ELEKTRO Reclamação



## ELEKTRO Outros



A Assessoria de Relações Institucionais tem por responsabilidade maior o relacionamento com as instituições públicas e privadas e com os usuários dos serviços públicos delegados à iniciativa privada sob a responsabilidade regulatória da **Agepan**.

Seu trabalho objetiva o acompanhamento de projetos de interesse da Agência em tramitação nos poderes constituídos, bem como a divulgação e a execução de atividades relacionadas aos processos de interação e de comunicação com esses segmentos, além do planejamento, da coordenação e da implementação de campanhas informativas, educativas ou de orientação social direcionadas aos cidadãos.

Também é de sua competência o planejamento, a coordenação e a promoção de eventos institucionais e técnicos de relacionamento com o público externo, mediante articulação institucional, a produção e a divulgação de matérias informativas da **Agepan**, bem como outras de interesse da Agência.

## Principais atividades realizadas em 2013

### Consultas Públicas – Divulgação

A Agência realizou, durante o ano de 2013, duas consultas públicas: uma na área de saneamento e outra na área de gás canalizado. A divulgação dos eventos para as instituições interessadas, para a imprensa local e regional, bem como os contatos diretos com as instituições para conscientização da importância de sua participação, enviando contribuições relativas aos temas discutidos, foram ações desenvolvidas pela Assessoria de Relações Institucionais.

### Evento de Saneamento – exposição de aspectos regulatórios

A ASSOMASUL é a associação que representa todos os municípios de Mato Grosso do Sul.



Em evento realizado pela entidade em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no primeiro semestre de 2013, com a participação de todos os prefeitos municipais e outras autoridades do Estado, para discutir assuntos relativos ao Plano Municipal de Saneamento Básico, a **Agepan** foi convidada a fazer uma apresentação das novas obrigações para os municípios introduzidas pela Lei nº 11.445/2007 e pelo decreto que a regulamentou no tocante a aspectos regulatórios.

A Assessoria de Relações Institucionais, em conjunto com a Coordenação da Câmara Técnica de Saneamento, foi incumbida de prestar os esclarecimentos necessários.

## Evento de energia elétrica – concepção e organização

“O setor elétrico e as recentes mudanças” foi tema de evento promovido pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS (**Agepan**), no dia 31 de julho de 2013.

A renovação antecipada das concessões no setor elétrico brasileiro, implementada pela MP nº 579 – convertida na Lei nº 12.783/2013, que trouxe uma série de consequências para o segmento, como grande perda de valor das empresas do setor elétrico, insegurança regulatória, além de outros problemas, foi um dos aspectos abordados.

Outro assunto discutido durante o encontro referiu-se à necessidade do acionamento das usinas termelétricas, de alto custo, para garantir o fornecimento e reduzir o risco de déficit de eletricidade em função do baixo nível de chuva, gerando impacto direto sobre as contas de energia, cujo encargo é pago pelos consumidores, comprometendo, assim, a redução havida nas contas de energia elétrica e, ainda, a tentativa do governo federal de impedir que isso ocorresse com a publicação da Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabelecia o rateio do encargo de serviços de sistema, subitem “Segurança Energética” (ESS-SE), com os geradores e os comercializadores de energia elétrica.

A palestra foi proferida pelo Dr. Jerson Kelman, que foi Presidente da Light Serviços de Eletricidade, do Rio de Janeiro; Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e, na ocasião do evento, Interventor da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL).

Também a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) esteve presente, representada pelo eng. Rafael E. Caetano, falando a respeito do acompanhamento dos indicadores de geração da Superintendência de Fiscalização da Geração.

Foram convidados a participar e estiveram presentes os empreendimentos de geração de energia estabelecidos no Estado, técnicos da **Agepan**, instituições e profissionais ligados ao Conselho Regional de Engenharia (CREAMS), com interesse no setor elétrico, técnicos da ENERSUL, além de coordenadores dos cursos de engenharia elétrica em universidades da capital.



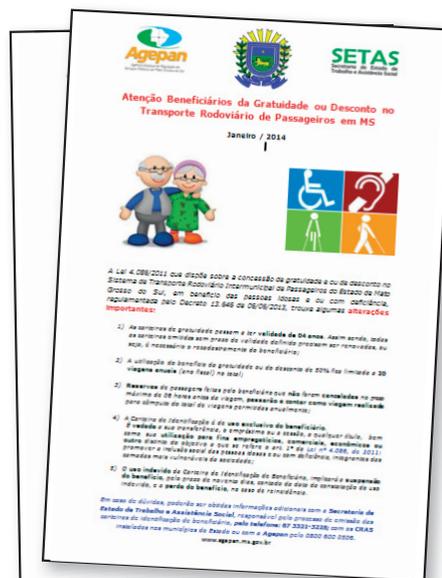
UHE São Domingos - Vista Geral da Usina

➤ **Alterações nas gratuidades do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros em MS – Criação de Material de Comunicação e Divulgação**

Com a edição do Decreto nº 13.646, de junho de 2013, que regulamentou a Lei nº 4.086, de setembro/2011, foram efetivadas algumas alterações no processo de concessão da gratuidade do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em MS, especialmente com relação à introdução de prazo de validade nas carteiras emitidas que, anteriormente, eram por prazo indeterminado.

Essa alteração exigiu o recadastramento de todos os beneficiários. O processo de análise dos documentos, homologação e emissão das carteiras de gratuidade é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social (SETAS), enquanto a fiscalização do cumprimento da emissão das gratuidades por parte das operadoras do serviço é responsabilidade da **Agepan**.

Sob a responsabilidade da Assessoria de Relações Institucionais, durante o período de recadastramento, foram criados e produzidos cartazes e material informativo tratando das alterações e dos prazos estabelecidos, e convidando os beneficiários a se recadastrarem. Esses materiais de comunicação foram afixados em todos os terminais rodoviários do Estado, enviados para as operadoras do transporte de passageiros para fixação em guichês de venda de bilhetes e outros locais de passagem pública, conselhos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, instituições de defesa do consumidor, bem como para a própria Secretaria de Estado, a fim de que fossem encaminhados para os centros de Referência de Assistência Social dos municípios sul-mato-grossenses, os quais são responsáveis pelo recebimento da documentação relativa à solicitação do benefício e pela entrega das carteiras de gratuidade após aprovação e emissão do documento pela SETAS.



➤ **Manual de Identidade Visual da Agepan – MIV**

Objetivando organizar a identidade visual da Agência de forma geral, a assessoria coordenou, junto à agência de publicidade contratada, a elaboração e a aprovação do documento, cujo conteúdo trata das formas e das cores da logomarca e suas aplicações, da papelaria, dos uniformes da fiscalização, da identificação visual da frota de veículos, dos adesivos para veículos cadastrados, da fachada do prédio da sede, das placas de identificação dos postos de fiscalização, além de outros itens.



➤ **Parceria com a Câmara Técnica de Transporte - CATRANSP**

A divulgação das atividades da Agência como um todo são responsabilidades intrínsecas do trabalho realizado pela A.R.I.

Entretanto, objetivando reforçar o trabalho da fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul, em 2013, passamos a atuar de forma bastante próxima da área, especialmente do Núcleo de Fiscalização, que nos envia informações, fotos e relatórios pormenorizados das operações tão logo estas acontecem, a fim de que sejam feitas matérias com informações detalhadas das atividades e seus resultados nominando, inclusive, as operadoras ou as empresas infratoras, e os motivos das autuações e/ou apreensões.

As matérias são produzidas e enviadas para outros veículos de comunicação para serem divulgadas, além de serem postadas no site da Agência.

25/11/2013	Veículo de transporte clandestino de passageiros na região de Rio Brilhante é multado e apreendido
8/11/2013	Fiscalização faz flagrantes de transporte de passageiros em pé e sem autorização
18/10/2013	Fiscalização no transporte interestadual e internacional de passageiros autua 13 ônibus na região de Mundo Novo
7/10/2013	Linha internacional Campo Grande (BR) / Concepción (PY) é multada por operação irregular
26/7/2013	Agepan multa e apreende veículos de transporte de passageiros nas regiões de Dourados e Corumbá
18/7/2013	Passageiros em pé e microônibus sem autorização da Agepan provocam autuação e apreensão de veículo
8/7/2013	Transporte irregular de passageiros, veículo com problemas técnicos, omissão de horários, motivaram multas e apreensão pela fiscalização da Agepan
7/6/2013	Fiscalizações no transporte de passageiros resultam em 31 autos de infração e apreensão de 07 veículos

Esse trabalho tem ajudado a coibir o transporte clandestino, pois, com a divulgação abrangente das operações de fiscalização em diversos pontos do Estado, ocorre a redução de sua atuação ou, em alguns casos, a regularização da situação via cadastro na **Agepan**.

### Plano de Endomarketing

Com o objetivo de manter os colaboradores informados sobre as atividades desenvolvidas pela Agência, que é multissetorial, e seus resultados, estimular a troca de informações entre as diversas áreas, buscando sinergias e otimização do trabalho de cada uma delas, melhorar seu relacionamento e permitir a atualização constante de todos os colaboradores com relação às atividades da instituição como um todo, foi proposto pela A.R.I., aprovado pela diretoria e colocado em prática, com a ajuda direta do setor de recursos humanos, o Plano de Endomarketing.

O plano foi dividido em atividades constantes, periódicas e eventuais, as quais receberam a contribuição dos servidores da **Agepan**, com sugestões a respeito. Como exemplo de atividades constantes do plano, destacamos algumas:

- Mediante calendário prévio, cada área da Agência apresentou a todos os demais colaboradores suas responsabilidades e atividades, permitindo melhor conhecimento e interação sobre o trabalho de cada uma delas.



- O Mural da Agência foi dividido em espaço institucional, espaço dos colaboradores e espaço para diversos assuntos, a fim de estimular a comunicação interna, profissional, pessoal e de assuntos diversos.
- Divulgação interna, por diversos meios, com antecedência, de eventos nos quais a **Agepan** tenha participação, direta ou indiretamente, relativos a qualquer segmento regulado ou fiscalizado, permitindo aos interessados tomar conhecimento e participar dos mesmos.

#### ▶ **Prestação anual de contas do Governo do Estado para a Assembleia Legislativa**

Anualmente é elaborado pela A.R.I., relatório com um breve descritivo das principais atividades desenvolvidas pela **Agepan** em todas as suas áreas de atuação, o qual é enviado ao Governo do Estado para compor o documento de prestação de contas das ações do governo, administração direta e indireta, que é entregue à Assembleia Legislativa Estadual no início de cada ano.

#### ▶ **Site da Agepan na Internet**

[www.agepan.ms.gov.br](http://www.agepan.ms.gov.br)

Canal importante de comunicação com a sociedade em geral, essa ferramenta é gerida pela Assessoria de Relações Institucionais, que é responsável por seu visual, conteúdo, alterações e inserção de documentos, objetivando atender ao padrão visual da **Agepan**, aos requisitos legais de acesso à informação e à disseminação das atividades da agência reguladora.

# Energia elétrica Fiscalização



## Diretoria de Normatização e Fiscalização

### Câmara Técnica de Energia - CATENE

#### ► Convênio de Cooperação entre ANEEL e Agepan

O Convênio de Cooperação é o instrumento que delega competências para a execução de atividades descentralizadas, em regime de gestão associada de serviços públicos previsto no artigo 20, da Lei 9.427, de 1996, tem vigência por prazo indeterminado, não envolve a transferência de recursos financeiros e não gera qualquer encargo ou direito a indenização entre as partes envolvidas.

Em 14/12/2011 foi firmado o Convênio de Cooperação 023/2011 entre a União, representada legalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e o Estado de Mato Grosso do Sul, representado pela **Agepan**.

As atividades de fiscalização dos serviços públicos delegados de geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul, descentralizadas pela ANEEL, passaram a ser executadas pela **Agepan** nos termos do Convênio 023/2011. Anualmente são celebrados contratos de metas firmados pela agência reguladora estadual com a Superintendência de Serviço de Eletricidade – SFE para fiscalização das concessionárias de distribuição, e com a Superintendência da Fiscalização da Geração – SFG para fiscalização dos agentes de geração de energia elétrica.

#### ► O Contrato de Metas

O Contrato de Metas é o instrumento que autoriza e disciplina a execução das atividades descentralizadas com vistas à operacionalização da gestão associada de serviços públicos. Tem como condição para sua celebração a existência de Convênio de Cooperação e a existência, na agência descentralizada, de corpo técnico composto de servidores qualificados para sua execução. Observa as seguintes diretrizes:

1. Controle de resultados voltado para a eficiência da gestão;
2. Contraprestação baseada em custos de referência; e
3. Vinculação ao Convênio de Cooperação

No Contrato de Metas, entre outros aspectos, são estabelecidas a vinculação ao Convênio de Cooperação, as obrigações das partes, a forma de execução, as metas, as atividades, os produtos, os meios de apresentação, os indicadores de qualidade, o cronograma, os valores, a forma de pagamento, a dotação orçamentária, a vigência e a devolução dos recursos.

Em 28 de dezembro de 2012 a **Agepan** firmou os contratos de metas com a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), para as atividades de fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica, e com a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG para as atividades de fiscalização dos serviços de geração em unidades geradoras em construção e em operação no Estado de Mato Grosso do Sul durante o ano de 2013.

#### ► Fiscalização da Distribuição de Energia Elétrica em Mato Grosso do Sul em 2013

A Distribuição de Energia Elétrica em Mato Grosso do Sul foi marcada em 2013 pela intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na principal concessionária que presta o serviço de distribuição no Estado. A ENERSUL, distribuidora de energia elétrica que detém a concessão para prestação de serviço em 74 dos 79 municípios de MS, desde 31 de agosto de 2012 é objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Resolução Normativa nº 524, de 18 de dezembro de 2012 estabeleceu o regime excepcional de sanções regulatórias aplicado à ENERSUL de forma que, durante a intervenção administrativa, as fiscalizações executadas pela **Agepan** nessa concessionária têm caráter exclusivamente orientativo e/ou determinativo, sem a imposição de penalidades.

A ELEKTRO é a concessionária que detém a distribuição de energia elétrica a cinco municípios do Estado de Mato Grosso do Sul : Anaurilândia, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Selvíria e Três Lagoas.

Nesse contexto, a **Agepan** realizou 9 (nove) fiscalizações nas concessionárias de distribuição que atuam no Estado avaliando, principalmente, os seguintes aspectos:

1. Universalização do acesso e do uso da energia elétrica (ELEKTRO);
2. Qualidade da energia elétrica (qualidade do produto) quanto à conformidade dos níveis de tensão (ENERSUL);
3. Monitoramento do teleatendimento (índices de qualidade do serviço de teleatendimento) (ENERSUL);
4. Qualidade técnica do fornecimento de energia elétrica e qualidade do atendimento comercial (ENERSUL, COESO e CERGRAND);
5. Classificação de consumidores e subvenção econômica da classe residencial baixa renda (ENERSUL);
6. Plano de desenvolvimento da distribuição (PDD-Ciclo 2012-2021-ENERSUL).
7. Requisitos técnicos para conexão de cargas à rede básica de transmissão de energia elétrica quanto ao fator de potência das instalações de distribuição (eficiência da utilização de energia - aproveitamento pleno da mesma) (ENERSUL);

Foram 6 (seis) fiscalizações na Concessionária Enersul, 1 (uma) na Concessionária Elektro, 1 (uma) na Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Sudoeste Sul-mato-grossense – COESO, e 1(uma) na Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados – CERGRAND.

Além dessas fiscalizações, houve o atendimento ao Poder Judiciário de Anaurilândia, referente à Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública Estadual, quanto ao fornecimento de energia elétrica, ao referido município, pela Concessionária Elektro Eletricidade e Serviços S.A., com elaboração da Nota Técnica nº 005/2013-CATENE/AGEPAN. Essa Ação Civil Pública cobra, da Elektro, a redução de oscilações e interrupções inesperadas no abastecimento de energia da região e, também, solicita da **Agepan** indicação das possíveis soluções tecnológicas aplicáveis para a correção dos problemas apontados.

Devido à intervenção administrativa decretada na Enersul pela ANEEL, em 2013 ocorreu uma quantidade menor de fiscalizações nessa concessionária em relação a 2012. Todavia, resultante dessas fiscalizações, foram expedidas 9 (nove) Notificações para um total de 30 (trinta) Constatações, nas quais foram apurados 2 (dois) procedimentos não conformes e 16 (dezesesseis) Recomendações para melhoria do processo.

Também resultaram das fiscalizações, 3 (três) Determinações da **Agepan** a serem cumpridas pelas distribuidoras.

O quadro evolutivo dessas fiscalizações está relacionado a seguir:

Ano	Notificações	Constatações	Não Conformidades	Determinações	Recomendações
2010	9	31	21	15	5
2011	7	43	18	13	18
2012	9	51	21	11	6
2013	9	30	2	3	16

Observa-se que o maior número de Recomendações em 2013 deve-se ao caráter orientativo e/ou determinativo, sem a imposição de penalidades para a concessionária Enersul, em função da Intervenção Administrativa.

Paralelamente às fiscalizações e em apoio às mesmas a **Agepan** participou, nos dias 24 a 26 de setembro de 2013 em Brasília-DF, do 1º Encontro Nacional dos Fiscais da Distribuição – ENAFID, com representantes da ANEEL e das demais Agências Estaduais. Na ocasião, a equipe de fiscalização da **Agepan** fez uma apresentação sobre “Universalização do Atendimento com Energia Elétrica aos Consumidores da Enersul – Acesso e Uso da Energia Elétrica para Todos”, mostrando a situação do Programa Nacional de Universalização e Luz para Todos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Foram abordados os seguintes aspectos:

1. O cumprimento da legislação do setor elétrico referente ao atendimento dos pedidos de ligações e a incorporação de redes rurais particulares ao patrimônio da concessionária; e,

2. As necessidades de previsões orçamentárias para operação e manutenção das redes rurais incorporadas e os reflexos tarifários.

O objetivo, foi compartilhar com os demais participantes do encontro as questões relativas às fiscalizações e ao programa de universalização rural.

### ► Fiscalização da Universalização na ELEKTRO

O objetivo da fiscalização foi verificar os procedimentos de atendimento aos pedidos de fornecimento de energia elétrica na área de concessão da Elektro no Estado de Mato Grosso do Sul, com base nos critérios da universalização, avaliando o cumprimento das regulamentações da ANEEL.

Conforme Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, tem-se como definição de Universalização: "Atendimento a todos os pedidos de nova ligação para fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50 kW, em tensão inferior a 2,3 kV, ainda que necessária a extensão de rede de tensão inferior ou igual a 138 kV, sem ônus para o solicitante, observados os prazos fixados nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica (Resolução Normativa nº 414/2010)."



Universalização

Nessa fiscalização foram analisados:

1. Pedidos de ligação enquadrados nos critérios da universalização e seções relativas do capítulo III – "Do Atendimento Inicial" da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, atendidos sem necessidade de obras de construção;
2. Idem ao anterior, porém atendidos com necessidade de obras de construção;
3. Pedidos de ligação não enquadrados nos critérios de universalização e conforme seções atinentes do capítulo III – "Do Atendimento Inicial" da resolução 414/2010;
4. Aporte de recursos pelo solicitante para antecipação de atendimento, com execução da obra pelo interessado ou com recursos dos consumidores.

Na fiscalização, foram verificados, entre outros, os seguintes itens:

1. Registro da solicitação para o pedido de fornecimento;
2. Informação ao solicitante, com dados de orçamento e prazos de início e término da obra, quando enquadrados na universalização e atendidos com necessidade de obras;

3. Prazo de vistoria da instalação de entrada de energia;
4. Prazo de ligação da unidade consumidora;
5. Eventuais cobranças indevidas;
6. Devolução dos recursos aportados pelo solicitante/consumidor, para a antecipação da obra, segundo critérios da universalização (prazo previsto, atualização do valor antecipado com base no IGP-M acrescido de juros de 0,5% ao mês). Eventualmente, para casos de devolução fora do prazo, é aplicada multa de 5% sobre o montante final, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calculado pró-rata-tempore.

## ► Fiscalização de Conformidade dos Níveis de Tensão na ENERSUL

A fiscalização da conformidade dos níveis de tensão é a aferição da qualidade do produto energia elétrica.

O objetivo desta fiscalização foi a verificação do cumprimento pela ENERSUL do disposto na Seção 8.1 do Módulo 8 do PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional quanto à regularização dos níveis de tensão das unidades consumidoras que apresentaram indicadores DRP (índice de duração relativa da transgressão para tensão precária) e/ou DRC (índice de duração relativa da transgressão para tensão crítica) acima dos limites estabelecidos na legislação.

Na tensão em regime permanente, são estabelecidos os limites adequados, precários e críticos para os níveis de tensão, os critérios de medição e registro, os prazos para regularização e de compensação ao consumidor (caso as regularizações excedam os prazos estabelecidos no PRODIST).

O termo “conformidade de tensão elétrica” refere-se à comparação do valor de tensão obtido por medição apropriada, no ponto de conexão, em relação aos níveis de tensão especificados como adequados, precários e críticos definidos pela ANEEL. A tensão em regime permanente deve ser avaliada por meio de um conjunto de leituras obtidas por medição apropriada, de acordo com a metodologia descrita para os indicadores DRP e DRC.

A **Agepan** realizou, em 2013, esta fiscalização na Concessionária Enersul para os dados de medições amostrais enviados para a ANEEL e para as solicitações/reclamações de consumidores quanto aos níveis de tensão. Na amostragem selecionada pela distribuidora, conforme critérios definidos pela ANEEL no PRODIST, foram efetuadas medições de tensão em unidades consumidoras nas seguintes quantidades:

Trimestre	Número de Medições Amostrais
1º	169
2º	168
3º	169
4º	164
<b>TOTAL</b>	<b>670</b>

Os principais itens dessa fiscalização da conformidade dos níveis de tensão são:

1. O envio dos dados das medições amostrais à ANEEL.
2. A solicitação do consumidor referente à reclamação associada à qualidade da tensão, e as respectivas correspondências com as informações das medições e dos prazos de regularização, se for o caso.
3. A existência de transgressão de tensão precária (DRP) e/ou crítica (DRC).
4. As providências adotadas pela concessionária, para regularização.
5. A comprovação da regularização dos níveis de tensão por meio de medições posteriores.



Fiscalização em subestação da ENERSUL em Miranda

6. Verificação do pagamento das compensações ao consumidor previstas na regulação.

### ► Fiscalização por Monitoramento do Teleatendimento na ENERSUL

O objetivo dessa fiscalização foi verificar a conformidade dos indicadores da qualidade do atendimento telefônico (INS, IAb e ICO), por parte da ENERSUL, com relação às metas estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, em seu Capítulo XV, Seção II.

Tem-se como definição dos indicadores:

1. Índice de Nível de Serviço (INS).
2. Índice de Abandono (IAb).
3. Índice de Chamadas Ocupadas (ICO).

Os indicadores registrados pela ENERSUL, em 2012, e as metas mensais estabelecidas pela ANEEL estão relacionados a seguir:

Mês	Nível de Serviço - INS		Abandono - IAb		Chamadas Ocupadas - ICO	
	Meta	Apurado (%)	Meta	Apurado (%)	Meta	Apurado (%)
Janeiro/2012	>=85%	93,99	<=4%	0,44	<=4%	1,97
Fevereiro/2012	>=85%	93,10	<=4%	1,12	<=4%	3,33
Março/2012	>=85%	95,09	<=4%	0,52	<=4%	2,59
Abril/2012	>=85%	93,44	<=4%	0,33	<=4%	<b>12,02</b>
Maió/2012	>=85%	92,62	<=4%	0,86	<=4%	3,33
Junho/2012	>=85%	94,43	<=4%	0,30	<=4%	2,39
Julho/2012	>=85%	92,40	<=4%	0,39	<=4%	2,33
Agosto/2012	>=85%	94,08	<=4%	0,37	<=4%	2,54
Setembro/2012	>=85%	93,90	<=4%	0,42	<=4%	2,35
Outubro/2012	>=85%	92,60	<=4%	0,30	<=4%	1,71
Novembro/2012	>=85%	93,72	<=4%	0,37	<=4%	2,72
Dezembro/2012	>=85%	91,59	<=4%	0,63	<=4%	2,38

### ► Fiscalização Técnica e Comercial referente ao Município de Nioaque/MS

O objetivo dessa fiscalização foi verificar as questões pertinentes à Ação Civil Pública nº 0001065-57.2010.8.12.0038, ajuizada pelo Ministério Público Estadual, referente à qualidade do fornecimento de energia e à qualidade do atendimento comercial prestado pela ENERSUL ao município de Nioaque. Foram verificados os seguintes itens:

1. Os pedidos de medição de tensão de consumidores, as reclamações procedentes e as improcedentes.
2. As ocorrências de interrupção na rede de distribuição (não programadas e programadas).
3. Os pedidos de ressarcimento de danos elétricos, procedentes e improcedentes.
4. Os indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica individuais que ultrapassaram os limites estabelecidos pelo PRODIST.
5. Os indicadores de continuidade coletivos comparados com as metas para os conjuntos que atendem ao município.

Por meio do controle das interrupções, do cálculo e da divulgação dos indicadores de continuidade de serviço, as distribuidoras, os consumidores e a ANEEL podem avaliar a qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico. Os indicadores referem-se à duração e à frequência das interrupções.



Rede de distribuição da ENERSUL, em Nioaque – MS

Na fiscalização, foram verificadas, também, as melhorias no sistema de distribuição que atende a Nioaque no período analisado e realizada visita de inspeção *in loco* à subestação da localidade, à rede de distribuição elétrica e ao escritório comercial da localidade. No escritório comercial, foram observados os critérios gerais de “Atendimento ao Público” e o atendimento à legislação.

### ► **Fiscalização da Subvenção Econômica aos Consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda**

Conceitos básicos sobre a classe residencial baixa renda – cronologia.

Até abril de 2002, cada concessionária tinha um critério próprio estabelecido por meio de portaria do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), para enquadramento de seus consumidores na subclasse baixa renda.

A partir de maio de 2002, a Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, estabeleceu as condições para enquadramento na subclasse residencial baixa renda da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh. Em 29 de agosto de 2002, a Resolução ANEEL nº 485 regulamentou o disposto no Decreto nº 4.336, de 16 de agosto de 2002, relativo às diretrizes para classificação de unidade consumidora com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

A Resolução Normativa ANEEL nº 89, de 25 de outubro de 2004, definiu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedido às concessionárias. Dessa forma, o objetivo da fiscalização da subclasse baixa renda foi comprovar, por meio de abordagem estatística, a autenticidade dos dados disponibilizados pela concessionária relacionados aos valores homologados pela ANEEL, da diferença mensal de receita, em virtude da subvenção econômica aos consumidores da subclasse residencial baixa renda, em decorrência desses novos critérios para classificação das unidades consumidoras.

Em 2013, a **Agepan** fiscalizou a subvenção econômica dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, na ENERSUL, relativa ao período de janeiro a dezembro de 2009.

### ► **Fiscalização Remota do PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição na ENERSUL**

O objetivo dessa fiscalização foi verificar o cumprimento, pela ENERSUL, do envio para a ANEEL, no prazo definido e com as devidas informações requeridas, do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), referente ao ciclo 2012-2021, conforme as obrigações dispostas nos módulos 2 e 6 do PRODIST e na Resolução Normativa nº 395, de 15 de dezembro de 2009.

O PDD de cada ciclo deve ser enviado para a ANEEL até o dia 10 (dez) de abril de cada ano, contendo:

1. Plano de obras do sistema de distribuição de alta tensão, com horizonte de previsão de dez anos.
2. Plano de obras das subestações de distribuição, com horizonte de previsão de dez anos.
3. Plano de obras do sistema de distribuição de baixa e média tensão, com horizonte de previsão de cinco anos.
4. Lista de obras do ano anterior ao ano de envio.
5. Análise crítica do plano anterior.

### ► **Fiscalização do Fator de Potência**

O intuito dessa fiscalização foi verificar a conformidade dos requisitos técnicos mínimos da ENERSUL para conexão de cargas à rede básica (transmissão) e aos barramentos de transformadores de potência no que se refere ao fator de potência das instalações de distribuição nos pontos de conexão, conforme descrito no Submódulo 3.6 dos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que teve sua versão vigente aprovada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 372, de 5 de agosto de 2009, e do Despacho nº 2.744, de 15 de setembro de 2010.



Subestação Miguel Couto em Campo Grande

O fator de potência indica a eficiência com a qual a energia está sendo usada. Um alto fator de potência indica uma eficiência alta e, inversamente, um fator de potência baixo indica baixa eficiência. Um baixo fator de potência indica que não se está aproveitando plenamente a energia, e que pode haver necessidade de correção do fator de potência com obras, instalação de equipamentos ou mudanças na topologia/reconfiguração do sistema elétrico. O fator de potência é determinado pelo tipo de carga ligada ao sistema elétrico, que pode ser: resistiva, indutiva ou capacitiva.

Foram avaliados, nessa fiscalização, os dados das medições dos anos de 2011 e 2012 verificando, para cada ponto de conexão e de forma totalizada, a quantidade de leituras fora da faixa especificada (irregulares) nos Procedimentos de Rede (em relação à tensão nominal do ponto de conexão), a quantidade de leituras dentro da faixa (regulares) e as respectivas médias dos valores do fator de potência para as medições irregulares e regulares por ponto de conexão e da totalidade das medições.

### ► Fiscalização Técnica e Comercial na COESO

O objetivo dessa fiscalização foi verificar as questões pertinentes à legislação que regularizou e enquadrou a Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Sudoeste Sul-mato-grossense na condição de autorizada, para exploração das instalações de energia elétrica destinadas ao uso privativo de seus associados. Ainda, verificar a conformidade e o atendimento aos requisitos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.760, de 8 de janeiro de 2001, e da Resolução nº 012, de 11 de janeiro de 2002.

Foram verificados e analisados, entre outros, os seguintes itens:

1. Bens e instalações de energia elétrica em operação e obras em andamento.
2. Padrões técnicos adotados nas instalações de energia elétrica.
3. Declaração de responsabilidade técnica pela operação e pela manutenção do sistema elétrico, pelas obras e pelos projetos, emitida por profissional legalmente habilitado.
4. Memorial técnico e diagrama unifilar do sistema elétrico em operação, construção e projeto.
5. Planta eletrogeográfica, com os principais acidentes geográficos, divisas municipais, indicação de rodovias, representação das redes elétricas, conexões com o sistema da concessionária, pontos de medição existentes, pontos de fornecimento aos consumidores da cooperativa.
6. Equipamentos, materiais e tecnologia empregados na manutenção do sistema elétrico e para o restabelecimento das condições normais de fornecimento, nos caso de ocorrência de interrupção devido a defeito permanente na rede de distribuição de energia elétrica.
7. Sistema de medição de energia elétrica fornecida e sistemáticas adotadas para o faturamento e a cobrança das contas ou para o rateio das despesas com energia elétrica entre os associados, assim como procedimentos para suspensão do fornecimento por falta de pagamento.
8. Cadastro de consumidores atendidos, informando suas atividades, sua classificação e a natureza do serviço prestado.
9. Planilhas referentes ao Apenso I do Anexo I da Resolução nº 12/2002, contendo dados como: km de redes MT e BT, quantidade de transformadores de distribuição por potência, número de consumidores, demanda média, energia/ano e consumo médio mensal.



COESO - Medições

Na fiscalização foram realizadas, também, inspeções técnicas *in loco* a sistemas de medição de fronteira com as áreas urbanas da ENERSUL, a redes de distribuição rural e equipamentos de distribuição na área de atuação da cooperativa, além de visitas aos escritórios/postos de atendimento existentes nos municípios abrangidos pela COESO.

Foi efetuado, ainda, um comparativo dos dados e informações dos anos de 2004 e 2013, mostrando e analisando o percentual da evolução dos indicadores operacionais da COESO no período.

## ► Fiscalização Técnica e Comercial na CERGRAND

O objetivo dessa fiscalização foi verificar as questões pertinentes à legislação que regularizou e enquadrou a Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados na condição de autorizada, para exploração das instalações de energia elétrica destinadas ao uso privativo de seus associados. Verificar a conformidade e o atendimento aos requisitos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.609, de 9 de novembro de 2010, e da Resolução nº 012, de 11 de janeiro de 2002.

Foram verificados e analisados, entre outros, os seguintes itens:

1. Bens e instalações de energia elétrica em operação e obras em andamento.
2. Padrões técnicos adotados nas instalações de energia elétrica.
3. Declaração de responsabilidade técnica pela operação e pela manutenção do sistema elétrico, pelas obras e pelos projetos, emitida por profissional legalmente habilitado.
4. Memorial técnico e diagrama unifilar do sistema elétrico em operação, construção e projeto.
5. Planta eletrogeográfica, com os principais acidentes geográficos, divisas municipais, indicação de rodovias, representação das redes elétricas, conexões com o sistema da concessionária, pontos de medição existentes, pontos de fornecimento aos consumidores da cooperativa.
6. Equipamentos, materiais e tecnologia empregados na manutenção do sistema elétrico e para o restabelecimento das condições normais de fornecimento, nos caso de ocorrência de interrupção devido a defeito permanente na rede de distribuição de energia elétrica.
7. Sistemática quanto ao pagamento das faturas de energia elétrica comprada (nos pontos de suprimento/medições gerais).
8. Sistema de medição de energia elétrica fornecida e metodologias adotadas na leitura de medidores e para o faturamento e a cobrança das contas ou para o rateio das despesas com energia elétrica entre os associados, assim como procedimentos para suspensão do fornecimento por falta de pagamento.
9. Cadastro de consumidores atendidos, informando suas atividades, sua classificação e a natureza do serviço prestado.
10. Planilhas referentes ao Apenso I do Anexo I da Resolução nº 12/2002, contendo dados como: km de redes MT e BT, quantidade de transformadores de distribuição por potência, número de consumidores, demanda média, energia/ano e consumo médio mensal.



Sede da CERGRAND

Foram realizadas, também, inspeções técnicas *in loco* a sistemas de medição de fronteira com as áreas urbanas da ENERSUL, a redes de distribuição rural e a equipamentos de distribuição na área de atuação da cooperativa, e visitas aos escritórios/postos de atendimento existentes nos municípios abrangidos pela CERGRAND.

Foi efetuado ainda um comparativo dos dados e das informações dos anos de 2002, 2008 e 2013, mostrando e analisando os percentuais da evolução dos indicadores operacionais da CERGRAND nos referidos períodos.

## Geração de Energia Elétrica em Mato Grosso do Sul

O ano de 2013 foi especial para a geração de energia elétrica em Mato Grosso do Sul em função do leilão de energia nova A-5 realizado em 29 de agosto desse ano pela ANEEL.

Dos 9 (nove) empreendimentos contemplados, que produzem energia elétrica por fonte a biomassa, 4 (quatro) são de Mato Grosso do Sul. Esses empreendimentos garantirão investimentos, até 2018 de aproximadamente R\$ 614.900.000,00 e acrescentarão 239 MW de potência ao parque gerador do Estado, consolidando a posição de MS como exportador de energia elétrica.

A tabela, a seguir, relaciona os empreendimentos de Mato Grosso do Sul que comercializaram energia elétrica no 1º leilão de energia nova A-5/2013 da ANEEL.

Empreendimento	UF	Fonte	Combustível	Potência (MW)	GF (MWm)
Amandina	MS	BION	Bagaço de cana	40	13,3
Eldorado – ampliação	MS	BION	Bagaço de cana	112	60,5
Santa Helena	MS	BION	Bagaço de cana	45	19,1
Caarapó	MS	BION	Bagaço de cana	38	17
TOTAL				235	109,9

Fonte: EPE

Em 2013, a ANEEL liberou para operação comercial as unidades geradoras de quatro empreendimentos de Mato Grosso do Sul que estavam em construção: a usina termoeletrica UTE Eldorado Brasil, localizada no município de Três Lagoas, operando com 226.000 kW de capacidade instalada; a usina hidroeletrica (UHE) São Domingos, no município de Água Clara, com potência instalada de 48.000 kW; a ampliação da usina termoeletrica (UTE) Passatempo, que acrescentou 63.800 kW ao parque gerador; e a construção da usina termoeletrica (UTE) Cargil, com potência autorizada de 6.000 kW. Ao todo, foram acrescentados ao parque gerador 343.000 kW de potência. Dessa forma, o parque gerador do Estado de Mato Grosso do Sul, cadastrado no banco de informações da geração da ANEEL (BIG), passou a ser composto por 15 (quinze) centrais hidroeletricas com potência inferior a 1.000 Watts (CGH); 11 (onze) pequenas centrais hidroeletricas (PCH), com potência injetada na rede elétrica situada na faixa de 1.000 a 30.000 Watts; 6 (seis) usinas hidroeletricas de maior porte, acima de 30.000 Watts (UHE),

e 36 usinas termoeletricas (UTE), totalizando 8.782.684,76 kW de potência instalada, correspondendo a 6,93% do parque gerador nacional.

Ainda estão em construção duas usinas termoeletricas, com previsão de término para 2014, que acrescentarão mais 141.600 kW de potência ao parque gerador.

Em 2013, a **Agepan** fiscalizou e acompanhou a construção de 5 (cinco) empreendimentos, e fiscalizou 30 (trinta) usinas em operação por meio de fiscalizações em campo e de escritório.

Dentro do limite estabelecido pela ANEEL, as fiscalizações da **Agepan**, no ano, alcançaram o percentual de 96,5% da potência em operação ou construção no Estado.

A tabela, na página 44, apresenta as usinas de geração dentro do Estado de Mato Grosso do Sul que atendem a esse limite, portanto, sujeitas à fiscalização da **Agepan**.



Técnicos na fiscalização da construção da UHE São Domingos, em Água Clara - MS

## Geração até 2.400 KW

Tipo	Usina	Potência (kW)	Fase	Município
CGH	Fazenda Cachoeira Arantes	16	Operação	Costa Rica — MS
UTE	Unidade Nav. Aérea – Coxim	22	Operação	Coxim — MS
CGH	Rio Formoso	50	Operação	Bonito – MS
CGH	Fazenda Concórdia	58	Operação	Nova Alvorada do Sul – MS
CGH	Fazenda Marcela	58	Operação	Campo Grande – MS
UTE	Microturgn (UFMS)	100	Operação	Campo Grande – MS
UTE	Aeroporto Int. de Ponta Porã	130	Operação	Ponta Porã – MS
CGH	Córrego São Luiz	144	Operação	Amambai – MS
CGH	Ribeirão	144	Operação	Chapadão do Sul – MS
UTE	Exceler Plaza Hotel	208	Operação	Campo Grande – MS
CGH	Bela Miragem	225	Operação	São Gabriel do Oeste – MS
CGH	Agropecuária São Marcos	300	Operação	Costa Rica – MS
UTE	Aeroporto Int. de Corumbá	312	Operação	Corumbá – MS
CGH	Coxim (Vitor A. Brito)	400	Operação	Coxim – MS
CGH	São João I	600	Operação	Ponta Porã – MS
CGH	São João II	664	Operação	Ponta Porã – MS
UTE	Aeroporto Int. de Campo Grande	678	Operação	Campo Grande – MS
CGH	Energia Maia	800	Operação	Jaraguari – MS
CGH	Aporé	1.000	Operação	Chapadão do Sul – MS
CGH	Santa Izabel	1.000	Operação	Jaraguari – MS
UTE	Marfrig Paranaíba	1.600	Operação	Paranaíba – MS
UTE	Vicentina	2.000	Operação	Vicentina – MS
UTE	Usina Laguna Açúcar e Alcool	2.400	Implantação	Ponta Porã – MS

## Geração de 4.000 até 12.000 KW

Tipo	Usina	Potência (kW)	Fase	Município
UTE	Centro-Oeste Iguatemi	4.000	Operação	Iguatemi – MS
PCH	Aquarius	4.200	Operação	Sonora – MS
UTE	Alcoolvale	4.200	Operação	Aparecida do Tabuado – MS
UTE	Sidrolândia	4.600	Desativada	Sidrolândia – MS
UTE	Safi	4.640	Desativada	Nova Alvorada do Sul – MS
UTE	Shopping Campo Grande	4.655	Operação	Campo Grande – MS
UTE	Cargil Três Lagoas	6.000	Operação	Três Lagoas – MS
UTE	Sonora	6.352	Operação	Sonora – MS
UTE	Vetorial	6.940	Operação	Ribas do Rio Pardo – MS
UTE	Brasilândia	10.000	Operação	Brasilândia – MS
UTE	Energética Santa Helena	10.000	Operação	Nova Andradina – MS
UTE	Vetorial Corumbá	10.000	Operação	Corumbá – MS
UTE	Coopernavi	12.000	Operação	Navirai – MS



UHE São Domingos



Turbina da UTE Passatempo, em Rio Brilhante – MS

### Geração de 12.500 até 176.100 KW

Tipo	Usina	Potência (kW)	Fase	Município
PCH	Indalazinho	12.500	Operação	Cassilândia – MS
PCH	Ponte Alta	13.000	Operação	São Gabriel do Oeste – MS
PCH	Costa Rica	16.000	Operação	Costa Rica – MS
PCH	Planalto	17.000	Operação	Cassilândia – MS
UTE	Maracaju	17.400	Operação	Maracaju – MS
PCH	Indaiá Grande	19.998	Operação	Cassilândia – MS
UTE	Monteverde	20.000	Operação	Ponta Porã – MS
PCH	Paraíso I	21.600	Operação	Costa Rica – MS
UTE	Agrenco – Mato Grosso do Sul	21.600	Construção	Caarapó – MS
PCH	Santa Gabriela	24.000	Operação	Itiquira – MT/Sonora – MS
UTE	Eldorado	25.019	Operação	Rio Brilhante – MS
PCH	Porto das Pedras	28.030	Operação	Água Clara/Chapadão do Sul – MS
PCH	Alto Sucuriú	29.000	Operação	Água Clara/Chapadão do Sul – MS
UHE	Assis Chateaubriand (Mimoso)	29.500	Operação	Ribas do Rio Pardo – MS
PCH	Buriti	30.000	Operação	Água Clara/Chapadão do Sul – MS
UTE	Vista Alegre I	30.000	Operação	Maracaju – MS
UTE	laco Agrícola	31.600	Operação	Chapadão do Sul – MS
UTE	Amandina	40.000	Operação	Ivinhema – MS
UHE	São Domingos	48.000	Operação	Água Clara – MS
UTE	São Fernando Açúcar e Alcool	48.000	Operação	Dourados – MS
UTE	São Fernando Energia I	50.000	Operação	Dourados – MS
UTE	Passatempo	73.800	Operação	Rio Brilhante – MS
UTE	Caarapó	76.000	Operação	Caarapó – MS
UTE	Unidade de Bioenergia Costa Rica	79.828	Operação	Costa Rica – MS
UTE	LDC Bioenergia Rio Brilhante	90.000	Operação	Rio Brilhante – MS
UTE	Angélica	96.000	Operação	Angélica – MS
UTE	Santa Luzia I	130.000	Operação	Nova Alvorada do Sul – MS
UTE	Fibra – UTE VCP-MS	163.200	Operação	Três Lagoas – MS
UHE	Ponte de Pedra	176.100	Operação	Sonora – MS

A equipe de fiscalização da geração emitiu, em 2013, 36 (trinta e seis) Notificações, nas quais foram constatados 106 procedimentos não conformes a serem regularizados pelos agentes de geração.

Também resultaram das fiscalizações 31 (trinta e uma) Determinações aos agentes. O não cumprimento pelo agente de geração das determinações da **Agepan** implica em penalidades.

A silver double-decker bus is shown from a low-angle, rear-quarter perspective, driving on a paved road. The bus has large windows and a prominent rear light assembly. The background features a clear blue sky and a green hillside.

# Transporte Rodoviário de passageiros e cargas

Diretoria de  
Normatização e  
Fiscalização

Câmara Técnica de Transporte (CATRANSP)

Diretoria de  
Regulação  
Econômica

Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

### Características do Sistema TRIP (Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros) em MS

O sistema público de transporte rodoviário de passageiros em Mato Grosso do Sul está dividido em quatro categorias tarifárias, classificadas em função dos serviços e da distância entre a origem e o destino final da linha.

**Local:** Linhas intermunicipais com distâncias inferiores a 20 quilômetros. As linhas locais têm tarifa única e transportam um grande número de passageiros sendo, por vezes, necessária a utilização de veículos urbanos, com catraca e uso de bilhetes de passagens simplificados devido ao grande fluxo de passageiros e ao sobe e desce nos seccionamentos e nos pontos de parada.

**Regional com Características de Transporte Urbano:** Linhas com distâncias de até 350 quilômetros, com isenção de ICMS. Utilização de veículos convencionais, com sanitários e ar condicionado.

**Regional:** Linhas com distâncias de até 350 quilômetros, utilização de veículos convencionais, com sanitários e ar condicionado.

**Estrutural:** Linhas em que as distâncias são superiores a 350 quilômetros, em veículos convencionais, com sanitários e ar condicionado.

A prestação desse serviço é regulada e fiscalizada pela **Agepan**.

### Regulação econômica

As tarifas são calculadas em função dos custos com operação e exploração dos serviços (OPEX) e o custo do capital aplicado em infraestrutura e veículos (CAPEX).

São custos gerenciáveis pelas concessionárias: gastos com exploração e operação dos serviços e custo de capital, amortização e depreciação regulatória.

**Tabela 1 – Custos gerenciáveis aplicados às tarifas do Sistema TRIP/MS**

Custos Gerenciáveis	OPEX	Gastos com a operação
	CAPEX	Pessoal operação
		Combustíveis e lubrificantes
		Rodagem
		Peças e acessórios
		Risco de demanda
		Remuneração regulatória
		Depreciação regulatória

Fonte: Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

Os custos não gerenciáveis correspondem aos tributos e às suas alíquotas nominais para que a receita requerida não seja afetada pela carga tributária.

**Tabela 2 – Custos não gerenciáveis e Alíquotas dos tributos e das taxas aplicados às tarifas do Sistema TRIP/MS**

Custos Não Gerenciáveis	Tributos incidentes sobre as tarifas	Alíquotas nominais
	PIS	0,65%
	COFINS	3%
	ICMS	13,6%
	Taxa de Fiscalização	4,5%

Fonte: Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

As tarifas são revisadas a cada cinco anos, e entre os períodos de revisão, ocorrem os reajustes, que consideram a variação dos preços dos insumos e a inflação medida pelo IPCA-IBGE. Havendo um fato extraordinário que possa afetar a continuidade dos serviços ou interferir na receita requerida anual da concessão, as tarifas poderão ser revistas pelo regulador, a qualquer tempo, por meio do pedido de revisão extraordinária, a ser feito pela concessionária.

A **Agepan**, ao recomendar as tarifas para a homologação do Poder Concedente, tem, por princípio, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões e a defesa dos interesses dos usuários, assegurando serviços contínuos a preços módicos. Para tanto, monitora permanentemente os indicadores operacionais, econômicos e financeiros e acompanha as metas de viagens programadas e realizadas, a idade média da frota, o número de viagens, o quantitativo de passageiros transportados por linha, o índice de aproveitamento durante as viagens, os índices de inflação e o reajustamento dos preços dos insumos.

O report sobre a representatividade dos custos de exploração e operação dos serviços (OPEX) mostra que no cálculo tarifário vigente a partir de 14.03.2013, os combustíveis e os lubrificantes representavam 25,932% dos custos gerenciáveis pelas concessionárias. A **Agepan** considera os valores cobrados pela distribuidora, com pagamento à vista.

Em segundo lugar no ranking dos custos gerenciáveis, estão os gastos com a operação: a) licenciamentos e taxas de vistoria; b) DPVAT, Seguro Ônibus e IPVA, c) água e esgoto, energia, d) IPTU, manutenção e conservação de ativos, e) despesas com informatização e automação, f) material de expediente, documentos fiscais de vendas, g) salários indiretos, benefícios, encargos sociais e demais vantagens pessoais relacionadas nas convenções coletivas de trabalho; h) locação de imóveis, máquinas e equipamentos, i) serviços de terceiros PF e PJ; e j) serviço de bordo.

A esses itens de despesas administrativas e demais gastos previstos para exploração e operação dos serviços, tem-se a contraprestação tarifária de 24,373%.

Os gastos com peças e acessórios representam 5,236%, enquanto a aquisição de pneus e reciclagem corresponde a 2,972%. A representatividade dos custos com motoristas, cobradores e administrativos relacionados ao faturamento é de 1,256%.

A parcela gerenciável relacionada à remuneração e à depreciação é calculada em função do método da "soma dos dígitos" e está vinculada à idade média da frota, indicando maior remuneração, se houver renovação da frota ou investimentos do parque concessionário que beneficiem os usuários.

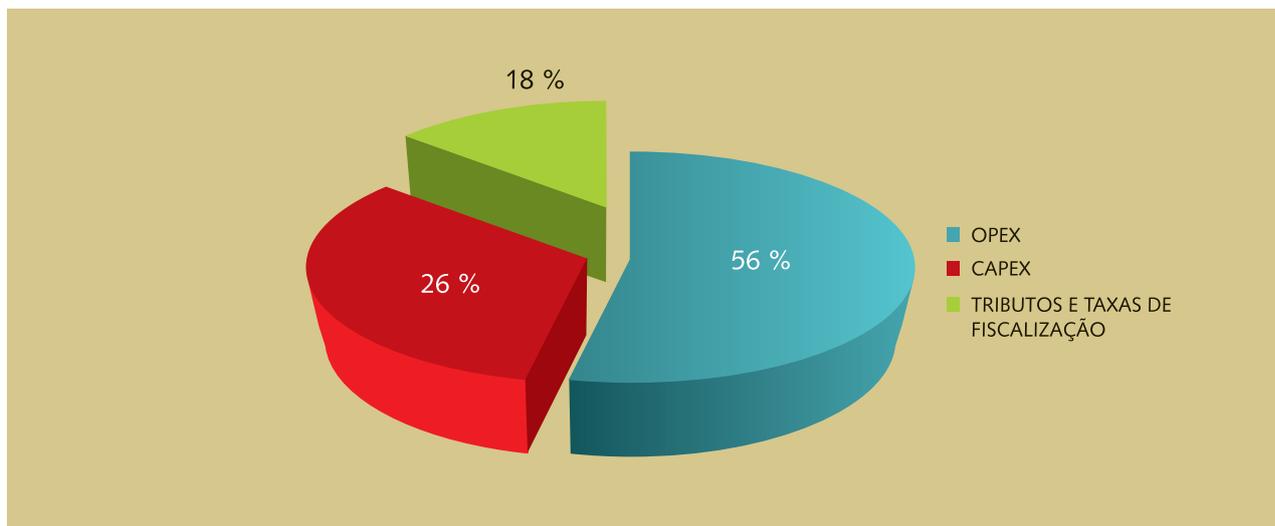
A remuneração do investidor corresponde à taxa de 14,00% ao ano sobre a base de remuneração dos ativos vinculados à concessão, exceto a frota necessária ao serviço regulado, que em 2013 foi remunerada à taxa real de 5,855% ao ano em função da idade média de 7 (sete) anos.

A remuneração regulatória representa 21,775% do valor da tarifa. A amortização incide sobre os bens intangíveis, em que o titular do serviço detém a propriedade, e o concessionário, a posse. No caso, a amortização é relativa à infraestrutura e a construções, de 10% ao ano e 7,7% sobre a frota necessária à operação em função da otimização das rotas e atendimento às linhas e aos municípios.

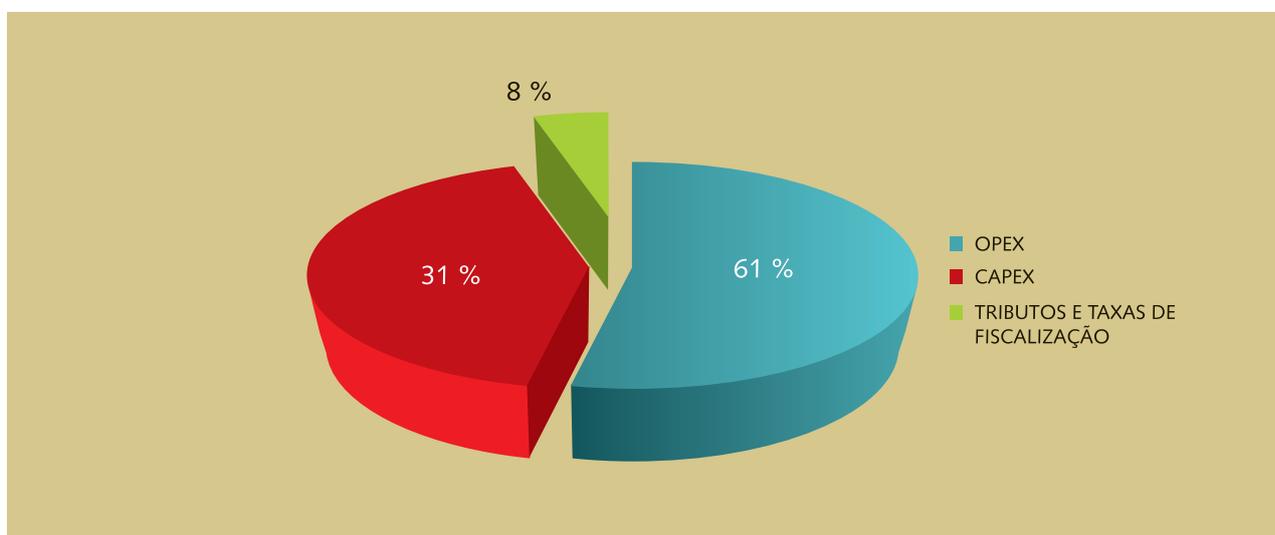
O CAPEX do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros representa 40,231% da tarifa.

Na parcela não gerenciável, destacam-se os tributos: PIS, COFINS e ICMS e taxas, como a de fiscalização, que são incondicionalmente calculados sobre o coeficiente quilômetro e cobrados nas tarifas, as quais são apuradas e repassadas ao governo pelas concessionárias. Esse grupo tem participação de 7,79% nas tarifas das linhas que receberam a isenção do ICMS, e parcela de 19,485% relativa às categorias tarifárias estrutural e regional em função da incidência do ICMS presumido de 13,6%, que representa, por parte da empresa, a necessidade de manter as boas práticas de gestão tributária no ambiente regulado e empresarial.

## Peso dos custos, tributos e taxas no preço da passagem – Sistema Regional e Estrutural



## Peso dos custos, tributos e taxas no preço da passagem – Sistema Regional com Características de Transporte Urbano (CTU) e Local.



**Tabela 3 – Dados operacionais do Sistema TRIP de 01.01.2013 a 31.12.2013**

RESUMO QUADRO DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTO DE PASSAGEIROS – 2013			
Empresa	Lugares Ofertados	Viagens Realizadas	Passageiros Pagantes
Empr. Transp. Andorinha	828.184	19.451	651.557
Viação Canarinho	901.278	19.593	708.915
Viação Cruzeiro do Sul	1.054.169	25.369	608.259
Expresso Fátima	135.424	2.944	39.129
Expresso Mato Grosso	839.284	20.449	549.339
Expresso Itamarati	39.672	1.044	18.749
Expresso Maringá	385.884	14.903	358.264
Viação Motta	1.148.196	27.624	592.320
Expresso Queiroz	1.018.960	25.848	664.212
Viação São Luiz	761.720	19.043	319.559
Viação Umuarama	557.662	12.817	433.470
Maranata Transportes	N/I	2.058	36.945
Natureza Transportes	N/I	649	7.814
Netto Tur	146.432	2.816	66.737
Celismar Transportes– CTC	N/I	125	626
Santos Oliveira & Oliveira	N/I	N/I	8.939
Marcos Roberto Leite Transportes	N/I	4.080	103.159
Marinez Rodrigues Bezerra	N/I	1.800	9.032
<b>Total</b>	<b>7.816.865</b>	<b>200.613</b>	<b>5.177.025</b>

N/I = Não Informado

Fonte: Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

## Gratuidades e análise do crédito outorgado de ICMS

Desde 2007, a **Agepan** tem por atribuição validar as gratuidades fornecidas pelas empresas transportadoras e encaminhar informações à Secretaria de Fazenda, para que os valores das passagens com desconto aos idosos e das gratuidades às pessoas com deficiência sejam compensados com o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Em 2013, foram concedidos mais de R\$ 1 milhão em gratuidades e descontos, abatidos no ICMS das empresas, permitindo que as categorias que recebem até dois salários mínimos possam viajar entre os municípios do Estado. É uma forma justa de proporcionar a inclusão social, pois não é o trabalhador que arca com o custo do transporte gratuito e, sim, o governo que abre mão da arrecadação do ICMS para promover essa inclusão.

**Quadro 01 – Apuração do Crédito Outorgado de ICMS – jan/dez 2013**

Empresa	R\$
Expresso Itamarati S.A.	12.647,72
Expresso Mato Grosso LTDA.	145.953,91
Expresso Queiroz LTDA.	389.536,42
Viação Cruzeiro do Sul LTDA.	359.540,48
Viação São Luiz LTDA.	68.540,20
Viação Umuarama LTDA.	57.529,13
<b>Total</b>	<b>1.033.747,86</b>

Fonte: Gerência de Regulação Econômica e Tarifária, a partir das informações das operadoras

Qualquer transportadora de passageiros, que seja concessionária, permissionária ou autorizatória, pode optar pelo Crédito Outorgado de ICMS, mediante apresentação de requerimento à Secretaria de Fazenda de MS. Após o credenciamento da empresa, os valores das gratuidades ou dos descontos concedidos se transformam em créditos que podem ser abatidos do ICMS a recolher. O cadastro das gratuidades é simples, basta inserir as informações no Sistema Gestor de Benefícios e aguardar a liberação do crédito. O benefício alcança as empresas optantes pelo crédito normal ou presumido.

A **Agepan** trabalha em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Superintendência de Administração Tributária e da Superintendência de Gestão da Informação, e Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, atendendo todos os municípios do Estado via Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

## Normatização e Fiscalização

### Operadores autônomos do transporte regular intermunicipal de passageiros

Por meio da Portaria **Agepan** nº 099, de 14 de agosto de 2013, foi estabelecido o recolhimento de tributos e taxas correspondentes à atividade econômica exercida pelos operadores autônomos, vinculados a cooperativas, atualmente autorizados a operar linhas regulares de transporte de passageiros no Estado.

### Obrigatoriedade de divulgação do número de telefone da Ouvidoria da Agepan

A Portaria **Agepan** nº 100, de 24 de setembro de 2013, disciplinou os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias, pelas permissionárias e pelas autorizatórias do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, na disponibilização do número de telefone da Ouvidoria da **Agepan**, para atendimento dos usuários.

Ficou assim estabelecida a obrigatoriedade, por parte de todas as empresas operadoras do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul, em qualquer de suas modalidades, de disponibilizar o número do telefone da Ouvidoria da **Agepan**, o qual deve ser afixado no interior e na lateral externa de cada veículo da frota, bem como nos guichês de venda de passagens e em outros locais de atendimento ao público, de forma legível e com fácil visibilidade.

As artes dos adesivos estão à disposição dos operadores, no site da **Agepan**, para serem utilizadas na confecção do material, cujo formato, cores, tamanhos e dizeres estão padronizados de acordo com o Manual de Identidade Visual (MIV) da Agência, que teve sua utilização normatizada pela Portaria **Agepan** nº 101, de 24 de setembro de 2013.

### ▶ Autuações na fiscalização do transporte de passageiros

A aplicação de penalidades às infrações cometidas pelos operadores regulares do transporte de passageiros, de acordo com os ditames legais, por si só, tem efeito momentâneo e nem sempre altera o comportamento do infrator. É preciso que haja um trabalho de conscientização, a fim de que o transportador adote uma postura corretiva dos problemas apontados.

Dessa forma, por orientação da diretoria responsável, a equipe de fiscalização da **Agepan** passou a ser capacitada para proceder a fiscalizações orientativas, avaliando, em princípio, as circunstâncias e as causas das infrações antes de aplicar as penalidades previstas na legislação vigente.

Com essa finalidade, foram implantadas as Notificações para as empresas infratoras, emitidas pela própria fiscalização, com prazo definido para solução daquele caso específico e retorno da solução do problema ao fiscal que emitiu o documento. Caso o infrator não cumpra o prazo estipulado na Notificação, o fiscal pode decidir pela aplicação da penalidade cabível.

Essa forma de atuação permite uma orientação ao operador, dando-lhe uma chance de solucionar o problema, sem autuação, desde que seja a primeira vez que incorre naquele tipo de infração e cumpra o prazo estipulado para sua solução. Além disso, valoriza o trabalho do fiscal, com o reconhecimento de sua autoridade.

As notificações emitidas pela fiscalização servem também para, posteriormente, dar origem a fiscalizações nas garagens, a fim de verificar se problemas idênticos estão ocorrendo com outros veículos da mesma operadora, e assim corrigi-los de forma geral.

As fiscalizações nas garagens permitem a observação *in loco* na forma de operar de cada uma das empresas, identificando as falhas sistêmicas e orientando-as para a solução de cada uma. Estabelecido o padrão do serviço a ser executado (limpeza de veículos, manutenção etc.), na próxima fiscalização, a empresa fica sujeita a ser autuada, caso ocorra reincidência do problema.

Os problemas mais comuns detectados em 2013 foram: falta de limpeza adequada nos banheiros dos veículos, extintores de incêndio vencidos ou fora do padrão de uso, atraso nos horários de saída e quebra durante as viagens provocadas por manutenção inadequada.

As vistorias veiculares obrigatórias são feitas a cada 6 meses. Entretanto, no período intermediário, podem ocorrer problemas em função da utilização intensiva dos veículos, do tipo de piso em que operam, das condições de infraestrutura das rodovias e por falta de manutenção adequada. Assim sendo, as fiscalizações nas garagens das operadoras, nesse intervalo de tempo, podem fazer o acompanhamento das condições em que os veículos estão operando e evitar problemas durante o transporte de passageiros, mediante recomendações, notificações e/ou autuações.

O passo seguinte às inspeções nas garagens são as fiscalizações nos terminais rodoviários, antes da saída dos veículos para a viagem. Nesse momento, se forem constatados problemas que já foram objeto de Notificação, a empresa é autuada com aplicação das penalidades cabíveis.

Como resultado desse trabalho, as empresas passaram a contratar funcionários, substituir outros e até terceirizar algum tipo de atividade, a fim de se adequarem ao padrão de serviço necessário para atender às obrigações legais.

Também houve redução das reclamações dos usuários do serviço à Ouvidoria da **Agepan**, além de redução na aplicação de penalidades pela fiscalização.



### ► Combate ao transporte clandestino de passageiros

O transporte clandestino de pessoas em carro particular, com cobrança individual de passagem, é prática constante nas rodovias do Estado. O transportador clandestino, por atuar na informalidade, não recolhe impostos, utiliza trabalhadores sem registro na carteira profissional, opera somente nas linhas de maior demanda e nos horários de pico, não oferece o benefício da gratuidade ou de descontos para idosos e pessoas com deficiência, utiliza veículos, geralmente, em condições precárias, por falta de manutenção regular e não dispõe de cobertura de seguro, em caso de acidentes, para os passageiros. Caso seja abordado pela fiscalização, além de ser multado, o infrator pode ter o seu veículo apreendido imediatamente, não podendo, assim, concluir a viagem.



Aprensão de veículos irregulares

Com a finalidade de inibir esse tipo de atividade ilegal, o calendário de fiscalizações da **Agepan**, desde 2013, conta com mais datas para operações com foco específico no combate ao transporte clandestino de passageiros.

Os locais alvos das fiscalizações são decididos em função de denúncias feitas pelas concessionárias e pelos operadores autônomos do transporte regular de passageiros que atuam nas regiões foco das operações.

Embora seja difícil medir a eficácia dessas operações, pelas suas particularidades, sempre que elas acontecem também há, notadamente, aumento no fluxo de passageiros no transporte regular da região.

### ► Capacitação da equipe de fiscalização

Toda a equipe de fiscalização da Câmara Técnica de Transporte (CATRANSP) passou por capacitação para auxiliar nos itens básicos das vistorias veiculares. Essa capacitação permitiu aos fiscais inspecionar, de forma mais apropriada, os veículos durante as abordagens e, em caso de constatação de irregularidades, apontá-las nos relatórios que servirão de subsídio para a vistoria veicular realizada a cada seis meses.

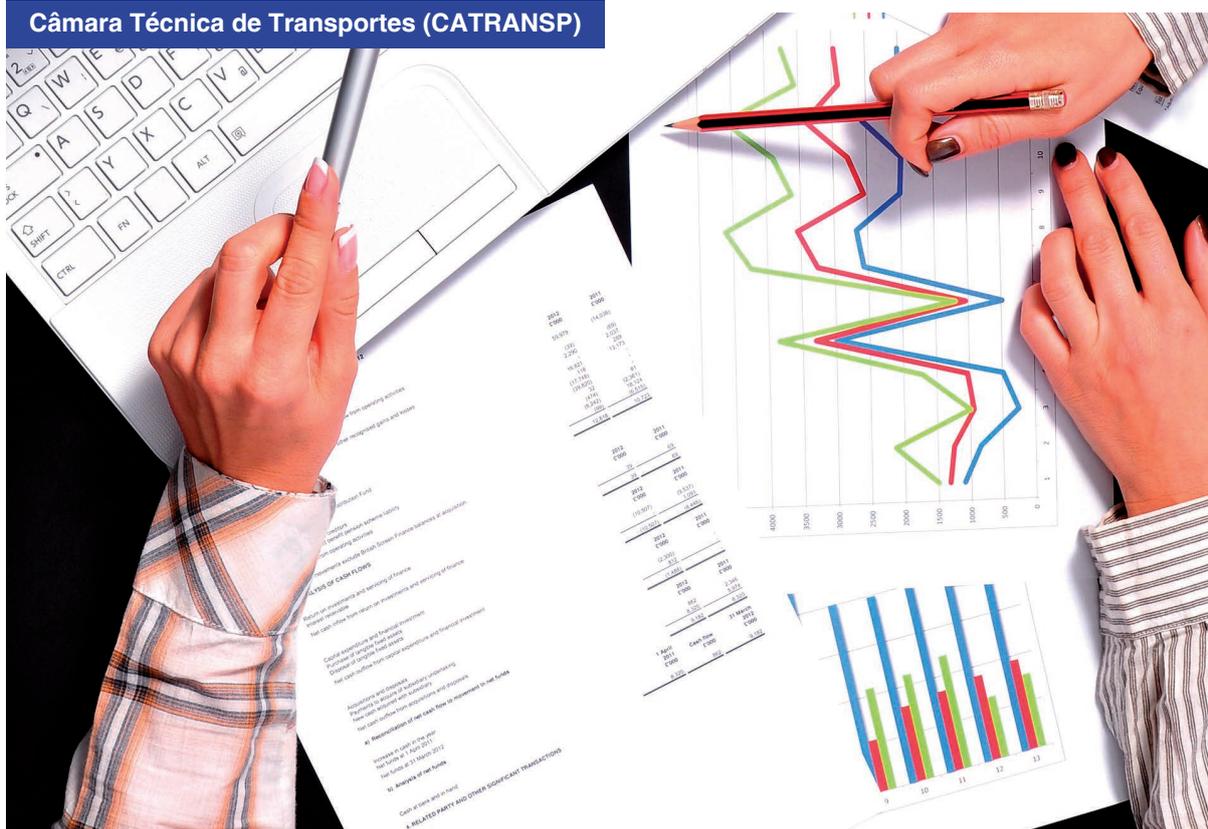
Caso o problema observado seja algo que ponha em risco a segurança dos passageiros, o fiscal aplica a multa e até retém o veículo em questão.

### ► Simplificação e racionalização de procedimentos

Com a finalidade de reduzir o tempo para a solução de questões operacionais requeridas pelas operadoras do transporte intermunicipal de passageiros, como implantação ou alteração do quadro de horários de viagens, novos seccionamentos nas linhas operadas, mudança no tipo de piso para alteração no valor das tarifas, entre outras, os procedimentos internos da Agência foram simplificados e racionalizados, com as decisões sendo tomadas diretamente pela diretoria responsável, sem ter que passar por outras instâncias da instituição.



Capacitação das Equipes



A Câmara Técnica de Transportes tem, entre suas atribuições, fiscalizar a qualidade dos serviços do transporte intermunicipal de passageiros, sob os aspectos técnico e operacional, prestados tanto por delegação do Estado (por meio de concessões, permissões e autorizações) quanto de autorizações especiais para operações de fretamento eventual ou contínuo, bem como de fretamento turístico, verificando o atendimento dos requisitos estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuadas.

No exercício dessas atividades, a CATRANSP mantém cadastros atualizados das empresas transportadoras, promovendo também a vistoria periódica (semestral) de toda a frota em operação, visando ao cumprimento do Regulamento do Serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros aprovado pelo Decreto nº 9.234, de 12 de novembro de 1998.

O serviço público de transporte intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul é prestado por dez empresas concessionárias, oito empresas autorizatárias e duas cooperativas de transporte alternativo de passageiros, que atendem 78 municípios, chegando a quase mil horários diários.

Por meio do Convênio nº 001/2010, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por delegação de competência, a **Agepan** fiscaliza também o transporte interestadual e internacional de passageiros e o registro nacional de cargas.

A Câmara Técnica de Transportes tem como seus principais produtos:

- Processamento das multas, emissão de termo de notificação e informações técnicas ao Conselho Diretor.
- Mapeamento e parecer sobre pedido de autorização de linha regular remetidos ao Conselho Diretor, para decisão.
- Emissão de quadro de horários e quadro de tarifas das linhas regulares.
- Emissão de Certificado de Vistoria Veicular, com validade semestral, para os veículos registrados na Agepan.
- Análise documental das empresas transportadoras, cujos cadastros são verificados pela Comissão de Análise Cadastral (CAC), que, após aprovação da documentação apresentada, emite o Certificado de Regularidade Cadastral, com validade de um ano.



## Núcleo de Fiscalização

São de responsabilidade do Núcleo de Fiscalização as seguintes atividades:

Monitoramento de horários, tarifas e seccionamentos das linhas regulares, verificação de denúncias, apuração de reclamações registradas na Ouvidoria, vistoria dos veículos nos terminais rodoviários e nas garagens, cumprimento das ordens de serviço, levantamento e monitoramento de linhas regulares, atendimento ao público em geral, prestando esclarecimentos e fornecendo informações acerca dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, combate ao transporte clandestino e atividades afins.

### Terminais rodoviários com fiscalização permanente

No total são nove terminais, localizados nas seguintes localidades do Estado: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Jardim, Aquidauana, Coxim, Chapadão do Sul e Três Lagoas.

### Parcerias

A **Agepan**, em suas operações de fiscalização, trabalha em estreita parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Rodoviária Estadual (PRE), a Polícia Militar (PM), o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran), a Guarda Municipal de Dourados, a Receita Federal e os postos de fiscalização de ICMS/MS.

### Resultados das fiscalizações do transporte intermunicipal e interestadual de passageiros nos terminais rodoviários, nas rodovias e nos acessos aos municípios

ANO 2013	Fiscalizações	Veículos Fiscalizados	Autuações ANTT	Autuações AGEPAN	Aprensões AGEPAN	UFERMS* Autuações AGEPAN
Janeiro	01	168	0	04	0	310
Fevereiro	16	495	1	26	2	2145
Março	12	512	2	24	1	1125
Abril	25	843	11	36	1	2105
Mai	19	1219	17	49	2	3950
Junho	22	1059	5	45	1	3355
Julho	23	1253	3	34	2	2725
Agosto	14	1193	1	29	1	2185
Setembro	17	1282	5	41	0	3485
Outubro	20	1604	4	29	0	1690
Novembro	24	1186	8	33	2	2185
Dezembro	21	1359	1	34	2	2610
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>12173</b>	<b>58</b>	<b>384</b>	<b>14</b>	<b>27870</b>

### Principais autuações por tipo de infração – Acumulado 2004/2013

Descrição	Qtd.	%
Transporte de passageiros sem autorização específica	1.145	39,94
Transporte de passageiros em veículo não registrado	586	20,44
Veículo com vistoria vencida, sem certificado de vistoria ou com certificado adulterado	219	7,64
Transporte de passageiro sem o bilhete de passagem	152	5,30
Defeito em equipamento obrigatório ou sua ausência	89	3,10
Ausência de documentação de vistoria ou daquela exigida por lei	84	2,93
Retardamento, nos terminais rodoviários, do horário de partida	84	2,93
Transporte de passageiro em pé	75	2,62
Veículo em desacordo com as condições de limpeza e conforto requeridas	70	2,44
Outras infrações	363	12,66
<b>Total de autuações</b>	<b>2.867</b>	<b>100</b>

## Núcleo de Vistorias

São responsabilidades desse Núcleo as seguintes atividades:

Vistoria veicular quanto à segurança, ao conforto e à higiene da frota registrada por meio das empresas de linhas regulares, empresas de fretamento eventual, turístico e contínuo, Análise e verificação de documentos de registro dos veículos, inclusão de dados do veículo no sistema, acompanhamento da frota registrada e instrução dos procedimentos de inspeção e vistoria veicular à equipe de fiscalização.

### Vistorias e inspeções veiculares

São dois os tipos de vistoria realizadas pelo setor responsável:

- As agendadas por região, nas quais há o deslocamento do vistoriador.
- As realizadas nas localidades onde há fiscal permanente: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Chapadão do Sul, Coxim, Três Lagoas, Jardim e Aquidauana.

Estão sujeitos a essas vistorias os veículos de transporte regular de passageiros, de trabalhadores rurais, de turismo e do fretamento contínuo.

As vistorias e inspeções veiculares, realizadas obrigatoriamente a cada seis meses, são mais rigorosas. Nelas vistorias, são inspecionados os itens de segurança, mecânica em geral, comodidade e conforto, além do aspecto visual dos veículos.



Vistoria

### Resultados das vistorias veiculares

Mês	Vistorias	Valores Apurados
Janeiro	92	R\$ 14527,9
Fevereiro	137	R\$ 17685,1
Março	278	R\$ 17307,47
Abril	233	R\$ 23077,67
Maiο	238	R\$ 20896,76
Junho	330	R\$ 29401,5
Julho	321	R\$ 26335,75
Agosto	290	R\$ 26166,81
Setembro	139	R\$ 24326,5
Outubro	330	R\$ 18521,37
Novembro	202	R\$ 39039,94
Dezembro	410	R\$ 18718,96
<b>TOTAL</b>	<b>3000</b>	<b>R\$ 276.005,73</b>

### Renovação e cadastro de empresas de transporte de passageiros

A renovação e cadastro de empresas, compreende o recebimento e análise dos documentos relativos ao cadastramento ou à renovação cadastral das empresas de transporte intermunicipal de passageiros, formalização do processo cadastral, informação ao interessado de eventuais pendências documentais, cadastramento e/ou atualização de dados no sistema.

### Demonstrativo dos Requerimentos de Análise Cadastral

Requerimentos	Quantidade	%
Protocolados	147	100
Aprovados	122	82,99
Arquivados	25	17,01
Requerimentos	Quantidades	%
Modalidades – aprovados	122	100
Fretamento eventual	70	57,38
Fretamento contínuo	39	31,97
Regular	13	10,66
Requerimentos	Quantidades	%
Fretamento – aprovados	109	100
Renovados	73	66,97
Cadastros novos	36	33,03
Requerimentos	Quantidades	%
Modalidades – arquivados	25	100
Fretamentos novos	11	44,00
Fretamentos renovados	13	52,00
Regular	1	4,00

Agepan

# Gás canalizado

2013

INFORMATIVO



Diretoria de  
Normatização  
e Fiscalização

Câmara Técnica de Gás (CATEGÁS)

Diretoria de  
Regulação  
Econômica

Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

## Regulação

A exploração, a produção, a comercialização e o transporte do gás natural são atividades reguladas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), enquanto a regulação dos serviços de distribuição de gás natural é de competência dos estados, que as delegam às suas Agências Reguladoras, cumprindo a legislação vigente.

Em Mato Grosso do Sul, as atribuições de regular, controlar e fiscalizar os serviços de distribuição de gás canalizado são de responsabilidade da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS (**Agepan**), com base na Lei Estadual nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, e na Lei nº 2.766, de 18 de dezembro de 2.003.



## Crescimento do mercado

A expectativa de crescimento das vendas para 2014 é de 62% em relação às de 2013. Para os anos seguintes, a previsão de crescimento é de 15% a.a. em metros cúbicos de gás natural.

Com o crescimento do setor industrial e o acelerado desenvolvimento do Estado, nos últimos anos, há necessidade de ampliação do atendimento. O Plano Plurianual (2012-2015) prevê investimentos de aproximadamente R\$ 480,5 milhões, por meio do Programa MS Competitivo – Energia, para expansão de ramais e implantação de redes. (Fonte: PPA, 2012-2015, p.102, publicado no DOMS nº 8.580-Suplemento, em 19.12.2013).

## Aspectos regulatórios relevantes em 2013

Concluídas as atividades de revisão do Arcabouço Regulatório do Gás Canalizado, que surgiu da necessidade de adequar os regulamentos às novas disposições advindas da promulgação da Lei nº 11.909/2009 (Lei do Gás), regulamentada pelo Decreto nº 7.382, de 02/12/2010, foram publicadas portarias que tratam das condições a serem atendidas para a operacionalização da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado. Tais portarias também dispõem sobre o Mercado Livre do Gás no Estado.

Destacadamente, as atividades a seguir foram objeto das ações da Câmara Técnica de Gás durante o ano de 2013:

- Análise das contribuições e das sugestões e elaboração de relatório técnico relativo à consulta pública sobre as minutas de regulamentos do gás canalizado;
- Revisão final, conclusão e aprovação da minuta de regulamento que dispõe sobre as condições gerais de fornecimento publicada nos termos da Portaria **Agepan** nº 094, de 20 de maio de 2013;
- Revisão final, conclusão e aprovação da minuta de regulamento que dispõe sobre a qualidade dos serviços de distribuição, publicada nos termos da Portaria **Agepan** nº 095, de 20 de maio de 2013;
- Finalização de minuta de instrumento sobre a aplicação de penalidades;
- Processo de reajuste tarifário dos serviços de distribuição de gás;
- Estudo para dispor sobre os novos agentes previstos na lei do gás;
- Processo de consulta pública sobre o mercado livre de gás;
- Revisão final, conclusão e aprovação da minuta de regulamento que dispõe sobre o mercado livre de gás, publicada nos termos da Portaria **Agepan** nº 103, de 27 de dezembro de 2013;
- Monitoramento da evolução do mercado.

## Regulamentos e normativos

### ► Arcabouço Regulatório

As minutas dos principais instrumentos que compõem o Arcabouço Regulatório do Gás foram concluídas e colocadas sob consulta pública, conforme previsto na Portaria **Agepan** nº 52, com o objetivo de receber contribuições, comentários e questionamentos.

Encerradas as fases de sugestões e questionamentos, as contribuições apresentadas foram analisadas pela Câmara Técnica de Gás Canalizado (CATEGÁS), que apresentou ao Conselho Diretor o relatório técnico, o qual foi aprovado e publicado por meio de portarias regulatórias, para fins de valor legal dos respectivos documentos.

## Consultas públicas

### ► CP 2012 – Condições Gerais de Fornecimento e Qualidade dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado – revisão final

Foram analisadas, pela Câmara Técnica de Gás Canalizado, as contribuições e o relatório final da consulta pública iniciada em 2012, que teve por objetivo receber sugestões, comentários e questionamentos prévios sobre o processo nº 09/200.762/2006, referente à minuta de regulamento que trata das Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul, e também do processo nº 09/200.760/2006, referente à minuta de regulamento que trata da Qualidade dos Serviços de Distribuição de Gás.

Como resultado, foram publicadas pela **Agepan**, em 20/05/2013, as portarias nº 94 e nº 95.

### ► CP 2013 – Consumidor Livre, Autoimportador e Autoprodutor

Também foi realizada consulta pública, no período de 20 de agosto a 20 de setembro de 2013, conforme Processo nº 09/400.662/2013, visando obter subsídios para implementação das Condições Gerais para a Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Canalizado a Consumidor Livre, Autoimportador e Autoprodutor no Estado de Mato Grosso do Sul.

Como resultado, foi publicada pela **Agepan**, em 27/12/2013, a Portaria nº 103.



### Portaria **Agepan** nº 094, de 20 de maio de 2013 – Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul

Esse instrumento tem por objetivo regulamentar e padronizar os diversos procedimentos a serem adotados pela concessionária no tocante a direitos e obrigações, cadastro e atendimento aos usuários, procedimentos técnicos, ligação, medição, leitura e faturamento, além de disposições gerais relativas à atuação da concessionária.



### Portaria **Agepan** nº 095, de 20 de maio de 2013 – Dispõe sobre a Qualidade dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul

O controle da qualidade é um dos principais aspectos regulamentados, o que permitirá ampla avaliação dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado, visto que os mesmos, como em outros sistemas de distribuição de serviços públicos, caracterizam-se por oferecer, além do produto, diversos serviços a ele relacionados, devendo garantir as suas características físico-químicas, a segurança, a operação correta do sistema e o devido atendimento comercial.

### Reajuste Tarifário

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul (MSGÁS), concessionária dos direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás no Estado de MS, tendo em vista a prerrogativa do mecanismo de reajuste periódico, conforme preceitua o item 5 do Anexo I do Contrato de Concessão, e a Lei Federal nº 10.192/2001, formalizou junto à **Agepan**, em julho de 2013, a solicitação de reajuste das tabelas de preços de fornecimento de gás natural, objetivando o repasse da variação acumulada do IGP-DI, de junho/2012 a maio/2013, sobre a margem bruta de distribuição vigente e autorizada pela Portaria **Agepan** nº 088, de 03/07/2012, a fim de substituir a Portaria MSGÁS nº 024/2012, de 12 de julho de 2012.

Foi considerada, também, a alteração no preço de compra de gás natural junto ao supridor, no período de junho/2012 a maio/2013, que resultou na variação da parcela da tarifa média, impactando na redução da margem de contribuição das tarifas da concessionária e evidenciando um desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. De acordo com o previsto na cláusula décima quarta, itens 14.5 e 14.6 do Contrato de Concessão, a Gerência de Regulação Econômica e Tarifária recomendou a aplicação do item 5 do Anexo I do referido contrato, para o reajuste da tarifa média vigente (ex-impostos de qualquer natureza ad-valorem).

Dessa forma, de acordo com a metodologia de cálculo da tarifa para distribuição do gás, a tarifa média de distribuição de gás da MSGÁS passou a ser de R\$ 1,2356/m<sup>3</sup>, considerando-se o preço de venda (médio) do gás da PETROBRAS, em maio de 2013, de R\$ 0,9189/m<sup>3</sup>, e a margem bruta de distribuição de gás em R\$ 0,3167/m<sup>3</sup>, conforme publicado pela Portaria **Agepan** nº 098, de 12 de agosto de 2013.

### Mercado Livre de Gás Canalizado

Os agentes que podem atuar nesse mercado são denominados consumidores livres, autoimportador e autoprodutor, e passaram a existir a partir da edição da “Lei do Gás” publicada em 2009 e regulamentada no final de 2010, cabendo a cada Estado da Federação, por meio de seu órgão regulador, estabelecer a tarifa aplicável e as demais condições para a prestação do serviço de distribuição do produto.

Foram realizados levantamentos levando-se em consideração os projetos e os estudos em andamento e, também, os regulamentos já aplicados em Agências Reguladoras de outros estados, o mercado e as características específicas dos sistemas de distribuição local, contando efetivamente com a colaboração, as contribuições e as sugestões da concessionária MSGÁS, sugestões e manifestações de agentes públicos e instituições envolvidos no assunto.

A minuta do documento elaborado foi objeto de consulta pública, conforme previsto na Portaria **Agepan** nº 52, com o objetivo de receber contribuições, comentários e questionamentos.

Concluídas as fases de sugestões e questionamentos, as contribuições apresentadas foram objeto de análise da

Câmara Técnica de Gás Canalizado, que apresentou ao Conselho Diretor o relatório técnico, o qual foi aprovado e publicado na forma de portaria regulatória, para produção dos efeitos legais.

## ▶ **Visita técnica ao Centro de Tecnologia do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER)**

Na fase de elaboração dos normativos regulatórios relativos à distribuição do gás canalizado em Mato Grosso do Sul, técnica da **Agepan** visitou o laboratório de processamento de gás natural e de qualidade do gás do CTGAS-ER. A visita teve por objetivo conhecer detalhes do processo de produção, recomendações sobre as análises de qualidade do gás natural e os riscos no processo industrial.

O Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis, com sede em Natal/RN, é um centro de excelência em tecnologia e formação profissional em energias renováveis. Atua em todo o país segundo os eixos de educação profissional, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços para o suporte tecnológico à indústria de gás natural e energias renováveis : eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Único no país, é resultado de parceria entre a terceira maior empresa de energia do mundo, a Petrobras, e a maior instituição de educação profissional do Brasil, o Senai.

## ▶ **Portaria Agepan nº 102, de 17 de dezembro de 2013 – Procedimentos para revisão ordinária e extraordinária**

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na formulação e na apresentação de propostas de revisão ordinária e extraordinária das tarifas do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul prestado pela concessionária. O normativo é resultado do esforço dos técnicos para assegurar a qualidade dos serviços com modicidade tarifária e transparência regulatória.

A proposta da portaria foi apresentada à sociedade em forma de consulta pública e, também, submetida a audiência pública, que motivou profunda análise posterior, devido às importantes contribuições de agentes do setor.

Em relação aos componentes tarifários, a modelagem do setor de gás natural se assemelha ao setor de distribuição de energia elétrica e apresenta a seguinte distribuição percentual:

### **Alocação dos custos dos serviços de distribuição do Gás Natural Canalizado**

PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DA MARGEM BRUTA	Ano: 2013
Custo de capital	30,96%
Custo operacional	54,28%
Depreciação	14,76%
Ajustes	0,00%
Produtividade	0,00%
Reserva de modernização	0,00%
Margem bruta	100,00%

Fonte: Gerência de Regulação Econômica e Tarifária, a partir da modelagem de cálculo das tarifas-teste.

Em virtude da publicação da Portaria nº 102/2013, as taxas de ajustes e produtividade serão projetadas a partir de 2014. As reservas de modernização são fundos e dependem de regulamentação específica.

O segmento de gás natural tem uma característica particular em relação aos preços: as tarifas são anualmente revisadas, diferentemente da grande maioria dos serviços públicos que recebem reajustes anuais atrelados a índices econômicos, de tal forma que a Portaria nº 102/2013 torna claro o processo tarifário para toda a sociedade, companhias de gás e segmentos que utilizam o produto como insumo nas respectivas atividades econômicas.

► **Portaria Agepan nº 103, de 27 de dezembro de 2013 – Estabelece as Condições Gerais para Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Canalizado a Consumidor Livre, Autoimportador e Autoprodutor no Estado de Mato Grosso do Sul**

Esse instrumento instituiu o mercado livre, disciplinando os critérios e as condições a serem atendidos para que o usuário possa escolher de quem fará a aquisição do gás natural, podendo optar pela concessionária ou qualquer agente produtor, comercializador ou importador, sendo que o serviço de distribuição será sempre executado pela concessionária estadual mediante a cobrança da tarifa desse serviço.



### Monitoramento da evolução do mercado

► **Sistemas de distribuição**

O suprimento à área de concessão da MSGÁS, no Estado, é realizado por meio de redes de distribuição de gás natural em aço carbono (CA) e em polietileno extrudado de alta densidade (PEAD) e das estações de redução e medição de pressão (EMRPs e ERPs) instaladas ao longo das redes, além das unidades de odorização (UOs).

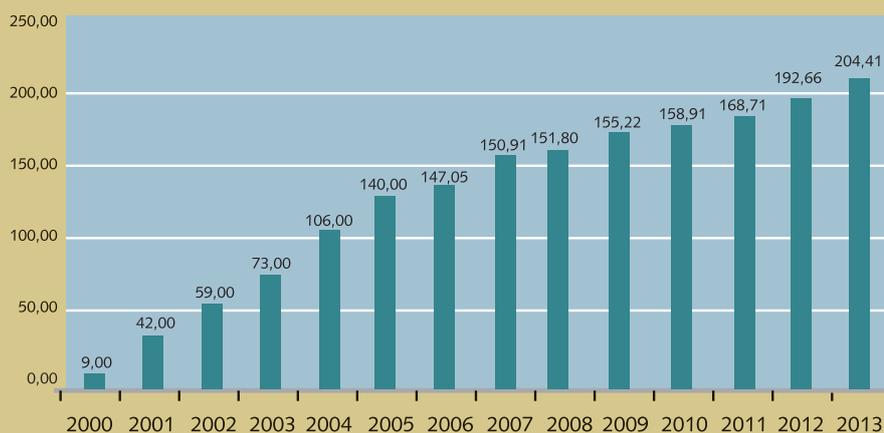
Em 2013, a MSGÁS investiu R\$ 22,1 milhões na contratação de mão de obra, na aquisição de materiais e equipamentos que propiciaram a expansão de 11,76 km de rede de distribuição nas cidades de Campo Grande e Três Lagoas, sendo, 8,4 km em PEAD e 4,2 Km em AC, agregando 734 unidades consumidoras.

LOCALIDADE	Tubulação de AC	Tubulação de PEAD	Tubulação de PA	Tubulação TOTAL
Campo Grande	43 km	55 km	2 km	100 km
Três Lagoas	39 km	32 km	-	71 km
Corumbá	31 km	3 km	-	34 km
<b>TOTAL</b>	<b>113 km</b>	<b>90 km</b>	<b>2 km</b>	<b>205 km</b>

## Evolução da Rede de Distribuição de Gás Natural em Km

Evolução de Redes de Distribuição de Gás Natural																
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extensão de Rede Construída - Km	0,00	0,00	9,00	33,00	17,00	14,00	33,00	34,00	8,00	3,86	0,89	3,42	3,69	9,81	23,94	11,76
Total de Rede Construída - Km	0,00	0,00	9,00	42,00	59,00	73,00	106,00	140,00	147,05	150,91	151,80	155,22	158,91	168,71	192,66	204,41
Evolução %				366,67%	40,48%	23,73%	45,21%	32,08%	5,04%	2,62%	0,59%	2,25%	2,38%	6,17%	14%	6%

## Total de Rede Construída - Km



\* 34 Km inoperantes em Corumbá

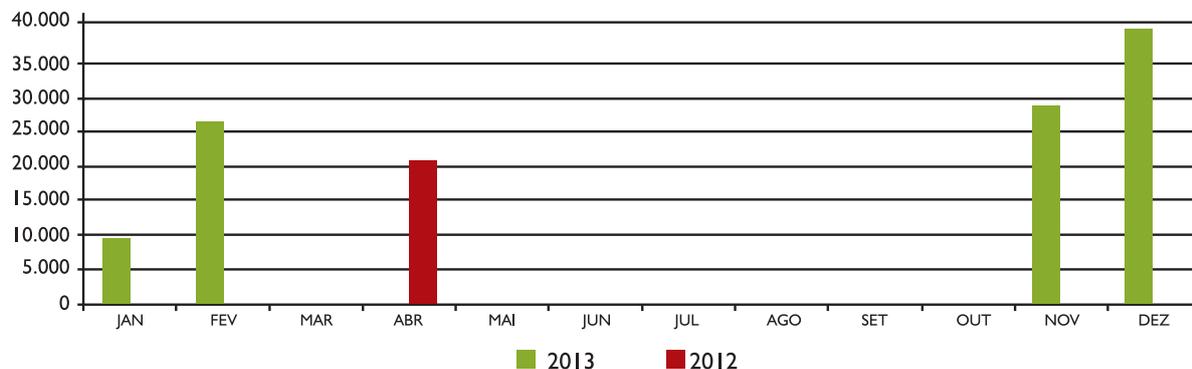
## Desempenho por segmentos

No decorrer de 2013, a MSGÁS movimentou 663.577.929 m<sup>3</sup> de gás natural, que representaram acréscimo de 82,71% ao total movimentado em 2012. O índice de crescimento apontado pela companhia resultou do desempenho positivo dos segmentos térmico, industrial, comercial, residencial e de serviços.

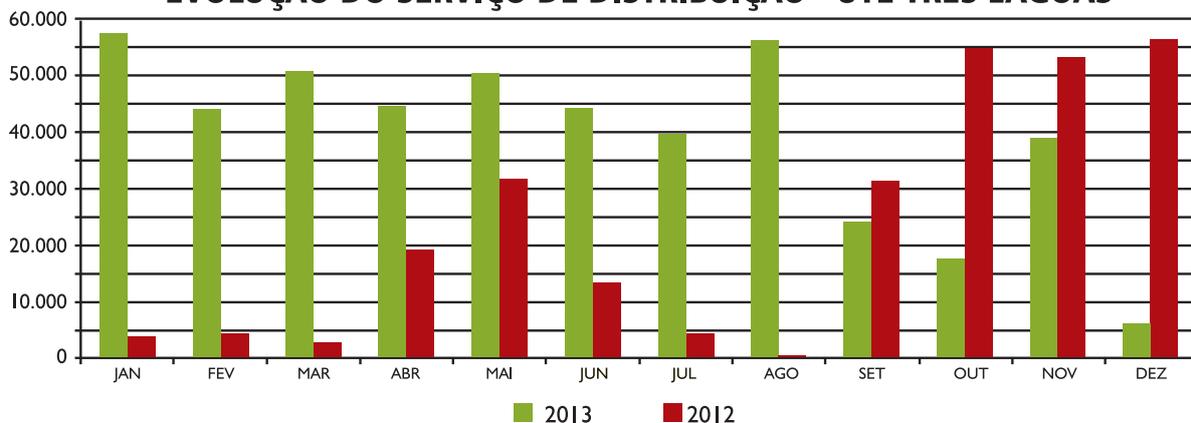
Em Mato Grosso do Sul, o setor da indústria está em processo de expansão e tem como principal cenário o município de Três Lagoas, que abriga um dos principais parques fabris do Centro-Oeste. No município, estão instaladas duas gigantes do setor: a Fibria, maior produtora do mundo de celulose de eucalipto, que utiliza gás natural como insumo de produção, e a Eldorado Brasil, dona da maior planta contínua de produção de celulose do planeta, com projeto para utilização do gás canalizado em meados de 2014.

## EVOLUÇÃO TÉRMICA

Volume em m<sup>3</sup>X1000

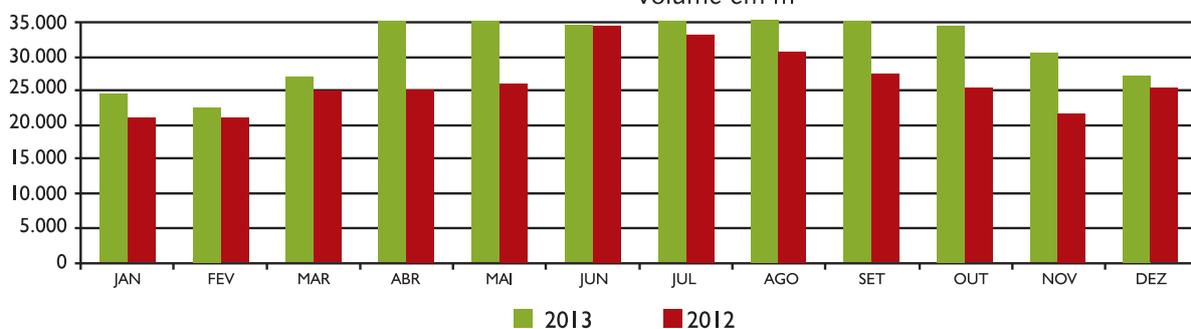


### EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO - UTE TRÊS LAGOAS



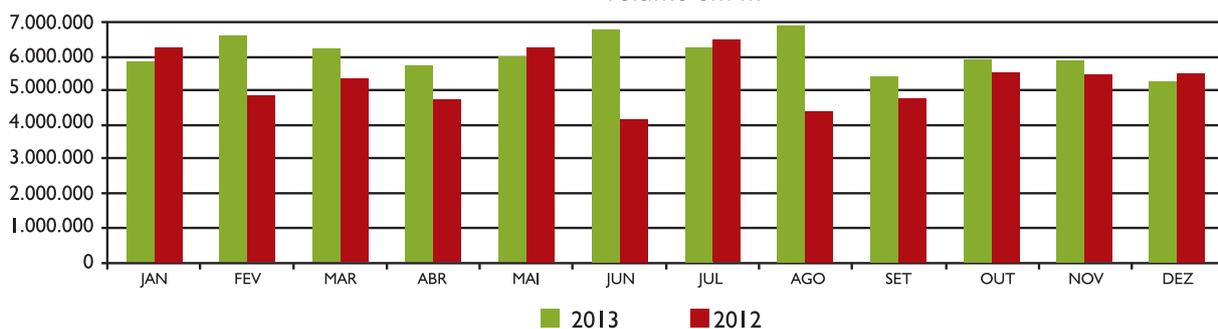
### EVOLUÇÃO RESIDENCIAL

Volume em m³



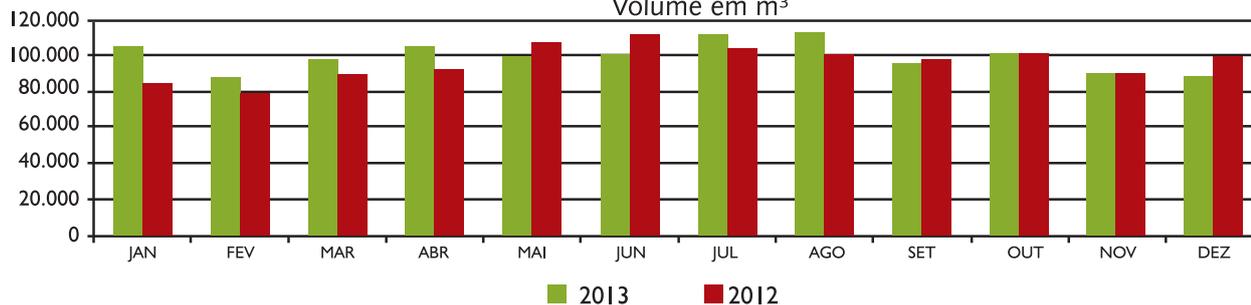
### EVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Volume em m³



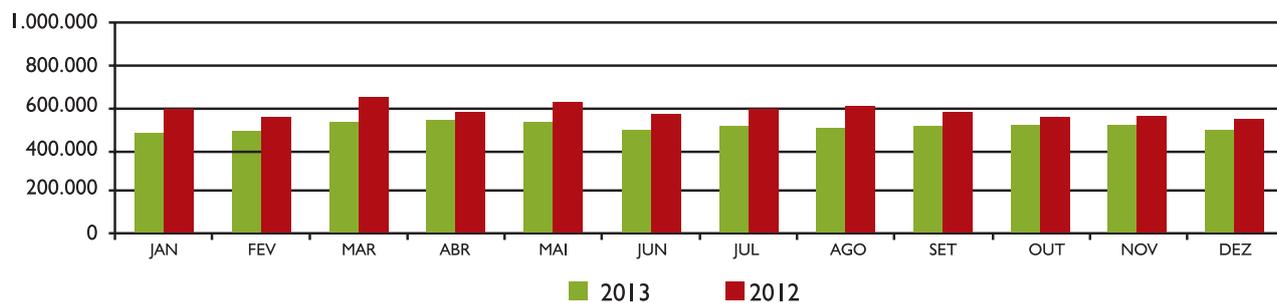
### EVOLUÇÃO COMERCIAL

Volume em m³



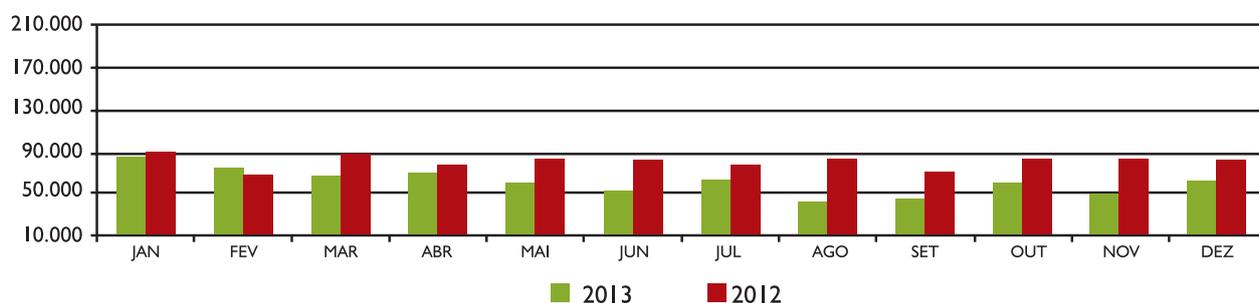
## EVOLUÇÃO GNV

Volume em m<sup>3</sup>



## EVOLUÇÃO COGERAÇÃO

Volume em m³



### Clientes

A MSGÁS encerrou 2013 com 2.540 unidades consumidoras de gás natural, o que representa 14% a mais que no ano anterior. A exemplo de 2012, o segmento residencial obteve o maior índice de crescimento: 17%.

Número de Cliente							
Principais Magnitudes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Acumulado dez/2013
Número de Clientes							
Residencial	546	818	878	1.084	1.128	2.033	2.381
Comercial	20	33	40	45	91	160	135
Industrial	5	5	6	8	10	11	12
Cogeração	-	1	1	1	1	1	1
GNC	-	-	-	1	1	-	-
GNV	11	11	11	11	9	10	10
Total Mercado Não Térmico	582	868	936	1.150	1.240	2.215	2.639
Geração Elétrica	1	868	-	1	1	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>583</b>	<b>868</b>	<b>936</b>	<b>1.151</b>	<b>1.241</b>	<b>2.216</b>	<b>2.540</b>

## Planejamento 2014

Para o ano de 2014, já estão estabelecidas as metas para a consolidação das atividades de regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado, contemplando os seguintes aspectos:

- Aprovação e publicação do instrumento que trata do processo administrativo e punitivo e da aplicação de penalidades relativo à atuação da concessionária dos serviços de distribuição de gás;
- Elaboração de Plano de Atividades e Metas para o desempenho das atividades de regulação para o período de 2014;
- Início efetivo das atividades de regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de gás, tendo como referência as portarias que foram publicadas, dando legalidade aos procedimentos. Nelas estão estabelecidas regras, obrigações, indicadores, prazos, condução dos processos de fiscalização e, também, as devidas sanções e eventuais penalidades.

# Saneamento



Diretoria de  
Normatização e  
Fiscalização

Câmara Técnica de Saneamento (CATESA)

Diretoria de  
Regulação  
Econômica

Gerência de Regulação Econômica e Tarifária

### Investimentos em saneamento no Estado de Mato Grosso do Sul e o reflexo na queda do número de internações por doenças causadas pela água

No Estado, 42 municípios estão sendo beneficiados com mais de R\$ 224 milhões de investimento em saneamento, incluindo redes de esgoto e de abastecimento de água, sendo 39% em recursos próprios do governo do Estado e o restante proveniente do governo federal. Além dos recursos próprios, existe a expectativa de investimentos do PAC I e II e também da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Dourados e Nova Andradina são os municípios mais beneficiados.

Mato Grosso do Sul teve o menor índice de internações em decorrência de doenças transmitidas pela água, segundo a SIS 2013 (Síntese dos Indicadores Sociais) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme o instituto, a taxa de internação por doenças transmitidas por água foi de 0,1 para cada grupo de 100 mil habitantes, o menor percentual do país entre os 27 estados brasileiros. A taxa reflete o alto índice de água tratada oferecido pelas concessionárias do serviço no interior e na capital, respectivamente, Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) e Águas Guariroba.

### ▶ A concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - Sanesul, concessionária que atende a 68 dos 79 municípios do Estado, liderou o ranking das 30 empresas de saneamento analisadas pela Revista ISTO É Dinheiro, edição 844, de dezembro de 2013, que analisou empresas que se destacaram com receitas líquidas entre R\$ 70 milhões e R\$ 400 milhões, e os seguintes indicadores: posição da receita líquida, relação ativo circulante/passivo circulante, relação disponibilidade/empréstimo de curto prazo, relação ebitda e receita líquida, relação lucro líquido/patrimônio líquido, relação dívida total disponibilidades/patrimônio líquido, e site da Internet.

A concessionária alcançou 462,5 pontos, do total de 500, ficando quase cem pontos à frente da segunda colocada.

### Regulação e fiscalização

A **Agepan** é responsável pela regulação e pela fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. aos quarenta e um municípios do Estado, até o momento, conveniados com a Agência.

As tarifas são homologadas para os municípios que aderiram à regulação e à fiscalização pela **Agepan**, pois, por meio da adesão dos municípios, é que o monitoramento dos custos se torna possível. Sem adesão, não há monitoramento das informações, pois estas são geradas pela empresa concessionária.

Em 2009, foram firmados os primeiros convênios, e até o final de 2013, obtidos dados financeiros suficientes para a elaboração de uma proposta de metodologia para a definição das tarifas de saneamento. Uma das etapas foi o levantamento e a comparação dos custos nos atuais 41 municípios conveniados. A Nota Técnica Regulatória 012/2013 teve por objetivo propor uma metodologia para o cálculo dos custos dos serviços.

O detalhamento dos custos permitiu avaliar a evolução dos municípios que aderiram à regulação com os respectivos

gastos. Não foi possível comparar os custos nas localidades não conveniadas, pois, como afirmamos anteriormente, a empresa fornece informações dos municípios apenas se houver a delegação da regulação e da fiscalização para a **Agepan**.

Em 2009, 20 municípios firmaram convênio para regulação e fiscalização dos serviços: Amambai, Anastácio, Angélica, Bataiporã, Bodoquena, Camapuã, Coronel Sapucaia, Guia Lopes da Laguna, Inocência, Itaporã, Jardim, Jateí, Laguna Carapã, Nioaque, Paranaíba, Pedro Gomes, Rio Brilhante, Rio Negro, Sidrolândia e Terenos.

Os custos e as despesas operacionais dos municípios conveniados em 2009 representavam R\$ 32,5 milhões, distribuídos em: despesas de pessoal (18,29%), serviços de terceiros (26,01%), despesas administrativas da administração central e das regionais (30,68%), depreciação/amortização (11,7%), despesas fiscais e tributárias (8,58%) e outros gastos gerais (4,74%).

Em 2010, outros quatro municípios: Rio Verde, Mundo Novo, Chapadão do Sul e Aral Moreira, firmaram convênio, seus custos totais foram de R\$ 41,4 milhões, distribuídos em serviços de terceiros (25,6%), rateio da administração central (24,36%), pessoal (17,75%), depreciação e amortização (12,46%), despesas fiscais e tributárias (9,48%), rateio das regionais (5,38%), materiais (3,34%), despesas financeiras (1,32%) e despesas gerais (0,32%).

No ano de 2011, os custos dos 37 municípios regulados foram de R\$ 93,1 milhões. Em serviços de terceiros, foram consumidos 24,52%; em rateio da administração central, 24,35%; pessoal, 18,76%; depreciação, provisão e amortização, 12,18%; despesas fiscais e tributárias, 10,60%; rateio das regionais, 4,95%; materiais, 2,49%; despesas financeiras, 1,79%; e gerais, 0,37%.

Em 2012, apurou-se o valor de R\$ 117 milhões para a operação e a manutenção dos sistemas de saneamento de 40 municípios, cujos custos de OPEX e CAPEX foram alocados em: rateio dos gastos da administração central (25,11%), seguido de serviços de terceiros (24,73%), pessoal (18,65%), depreciação e amortização (11,94%), despesas fiscais e tributárias (10,34%), rateio das regionais (4,94%), materiais (2,5%), despesas financeiras (1,40%) e despesas gerais (0,4%).

Ressaltamos que as informações sobre a operação e a manutenção correspondem ao conjunto de municípios conveniados, que em 2009 eram 20; passaram para 40 municípios em 2012 e 41 em 2013. A SANESUL atende a 68 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

### ► Reajuste Tarifário Anual

Ao final dos estudos relativos ao reajuste anual, foi homologada a Portaria **Agepan** nº 096, de 29 de maio de 2013, autorizando o reajuste tarifário de 6,49% (seis inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) no serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário para os municípios com data-base no mês de abril, calculados com base na variação do IPCA/IBGE dos meses de maio de 2012 a abril de 2013, que compreenderam o conjunto dos municípios de Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Angélica, Antônio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bataiporã, Bataguassu, Bodoquena, Camapuã, Caracol, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Guia Lopes da Laguna, Inocência, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Nioaque, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Terenos e Tacuru.

Em função da data-base do município de Três Lagoas ser distinta da dos demais conveniados, o reajuste autorizado foi de 6,59% (seis inteiros e cinquenta e nove décimos por cento) relativos ao período entre abril de 2012 e março de 2013.

### ► Revisão Tarifária

As revisões tarifárias compreendem a reavaliação periódica das condições da prestação de serviços, cujas análises financeiras e econômicas produzam efeitos nos custos de operação (OPEX) e de capital (CAPEX), visando assegurar a eficiência alocativa dos custos e as boas práticas de gestão empresarial, capazes de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e a operação contínua dos serviços de saneamento em prol do bem-estar social.

O processo de revisão é periódico e ocorre alternadamente aos períodos em que não há reajuste. A revisão é a análise minuciosa sobre o desempenho econômico e financeiro da concessão.

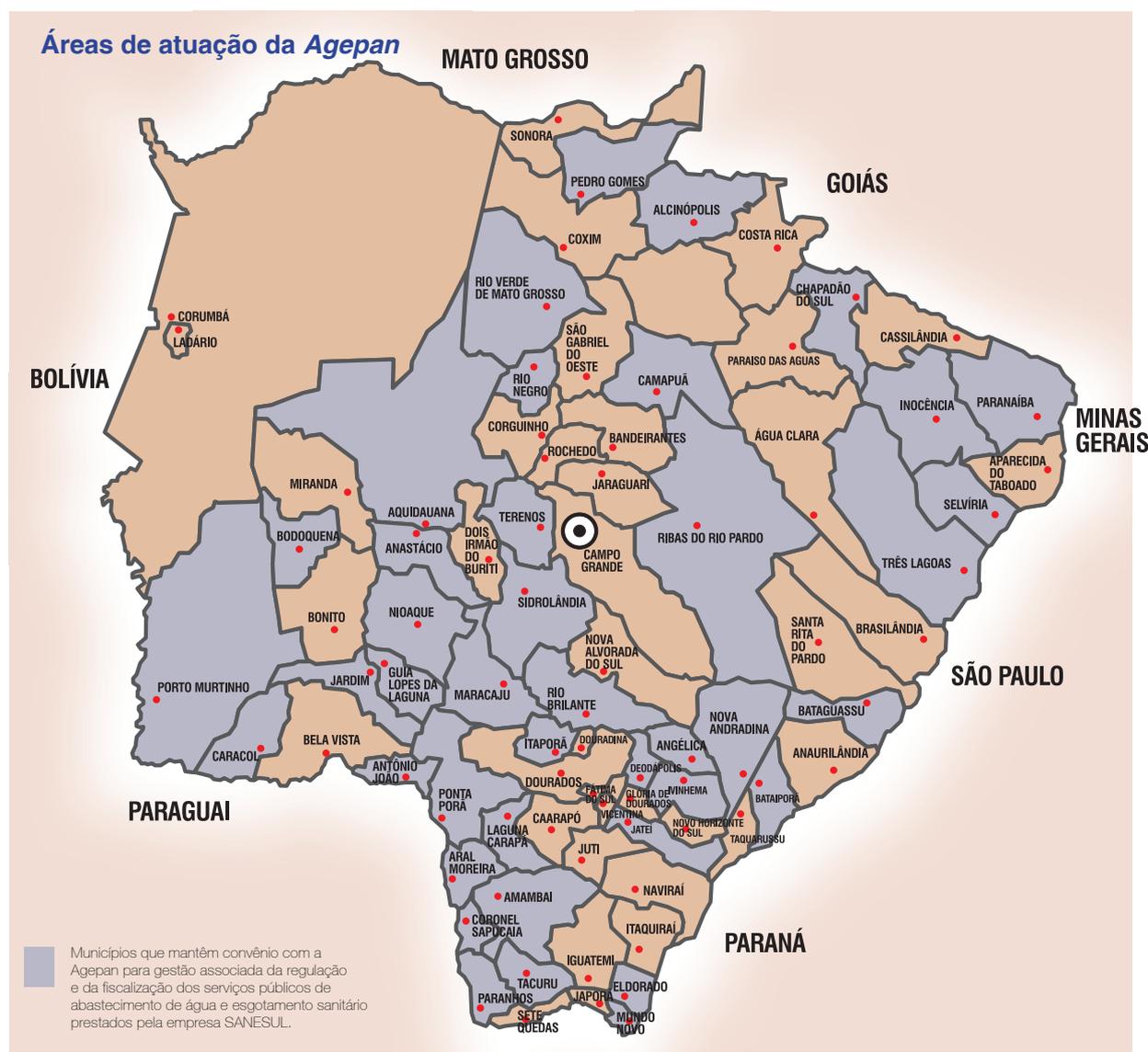
No setor de saneamento, o processo de revisão tarifária teve início em maio de 2012, com previsão de encerramento em 2013, mediante a produção de nota técnica acerca dos resultados da revisão dos insumos, parâmetros e preços de mercado destinados aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos sistemas operados pela SANESUL.

Enquanto se aguarda a emissão do regulamento do setor, está sendo estudada a metodologia de cálculo das tarifas para que, num futuro próximo, seja proposto o regulamento que defina a modelagem tarifária, proporcionando transparência, modicidade tarifária e segurança aos usuários dos serviços.

### Elaboração de estudos para o estabelecimento de indicadores de qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A **Agepan** passou a participar do grupo técnico denominado "Indicadores", instituído pela Câmara Técnica de Saneamento da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), que tem como objetivo o aprofundamento das discussões e a seleção de um conjunto de indicadores relevantes para avaliar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

### Municípios conveniados



### Parceria técnica entre governo do Estado, SANESUL e Agepan

Com o objetivo de promover a melhoria contínua das informações no sistema de controle e vigilância da qualidade da água e permitir a adequada regulação e fiscalização dos serviços prestados aos usuários, em constante sintonia com as normas vigentes, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de MS, representado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS (**Agepan**) e a Empresa de Saneamento de MS (SANESUL), para disponibilização de consulta às informações do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA).

Esse sistema, criado pelo Ministério da Saúde e disponibilizado aos estados, tem por objetivo manter atualizado um banco de dados com informações importantes relativas às diferentes formas de abastecimento de água, visando à análise e avaliação da qualidade da água destinada ao consumo humano, a fim de possibilitar o melhor planejamento das ações de vigilância no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



#### ► Consulta pública – suspensão

A consulta pública em andamento, no ano de 2013, relativa às condições gerais da prestação de serviços de água e esgotamento sanitário, foi suspensa devido à necessidade de se promover alterações nos contratos de programa celebrados entre a Sanesul e os municípios conveniados, conforme decisão da diretoria responsável, amparada por parecer da Procuradoria Jurídica da Agência.

#### ► Sistema de cadastro de infraestrutura de saneamento

A fim de sistematizar as informações prestadas pela concessionária do Serviço Público delegado a respeito dos diversos municípios conveniados com a **Agepan**, a equipe técnica da área responsável pelo saneamento, com a participação da concessionária, criou um formulário a ser preenchido pelas equipes técnicas do prestador do serviço de cada município regulado.

O desenvolvimento desse documento utilizou como referência dados e metas estabelecidos nos contratos de programa firmados pela concessionária com os municípios. Finalizado, o documento foi aplicado em um dos municípios regulados para sua validação.

A partir daí, com base nas informações fornecidas pela Sanesul, utilizando o referido formulário, serão definidas as fiscalizações a campo para validação dos dados informados.

#### ► Sistema de gerenciamento de contratos e convênios

Está sendo desenvolvido pela área de Tecnologia da Informação da **Agepan** o Sistema de Armazenamento e Acompanhamento Lógico do Saneamento (Salus), cujo objetivo é o gerenciamento de todas as cláusulas dos contratos de programa firmados entre a prestadora do serviço e os municípios, bem como dos convênios firmados entre os municípios e a Agência, delegando-lhe a regulação e a fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Módulo I – cadastramento de contratos, que fará a conferência de dados, acompanhamento de metas e prazos, estrutura tarifária, tarifas vigentes, segmentação de mercado (residencial e comercial), legislação pertinente, entre outros, por município conveniado, está previsto para ser concluído no 2º semestre de 2014, para entrada em operação no início de 2015, no máximo.

The image features a network diagram on a blue background. Several stylized human figures are positioned at nodes of a network. One figure is red, while others are light blue or dark blue. The nodes are connected by lines, and some nodes are highlighted with a circular glow. The overall theme is connectivity and relationships.

# Relacionamento com as Unidades da Agência

## Unidades de Assessoramento

### **Ouvidoria**

Ouvidora: Cristiane Figueiredo Leite Ferreira  
Fone: (67) 3025-9505 – e-mail: cferreira@agepan.ms.gov.br

### **Procuradoria Jurídica (PROJUR)**

Procurador: Elton Fabrício Tofano  
Fone: (67) 3025-9517 – e-mail: etofano.pep@sad.ms.gov.br

### **Assessoria de Relações Institucionais (A.R.I.)**

Assessora: Sílvia Hafez  
Fone: (67)3025-9532 – e-mail: shafez@agepan.ms.gov.br

## Unidades de Gestão Técnica e Operacional

### **Câmara Técnica de Energia (CATENE)**

Coordenador: Paulo Patrício da Silva  
Fone: (67) 3025-9555 – e-mail: psilva@agepan.ms.gov.br

### **Câmara Técnica de Gás (CATEGÁS)**

Coordenador: Valter Almeida da Silva  
Fone: (67)3025-9584 – e-mail: vsilva@agepan.ms.gov.br

### **Câmara Técnica de Transporte (CATRANSP)**

Coordenadora: Marisa Satiko Miyashiro de Oliveira  
Fone: (67) 3025-9536 – e-mail: moliveira@agepan.ms.gov.br

### **Câmara Técnica de Saneamento (CATESA)**

Coordenadora: Luciana Ramalho Gomes  
Fone: (67) 3025-9515 – e-mail: lgomes@agepan.ms.gov.br

### **Gerência de Regulação Econômica e Tarifária**

Gerente: Iara Sônia Marchioretto  
Fone: (67) 3025-9526 – e-mail: imarchioretto@agepan.ms.gov.br

## Unidades de Gestão Instrumental

### **Gerência de Administração e Finanças (GEAF)**

Gerente: Raquel Frozza  
Fone: (67) 3025-9508 – e-mail: rfrozza@agepan.ms.gov.br

### **Gerência de Planejamento (GEPLAN)**

Gerente: Elisa Conceição Paes  
Fone: (67) 3025-9543 – e-mail: epaes@agepan.ms.gov.br

### **Recursos Humanos (RH)**

Assistente de RH: Ângela Aragão  
Fone: (67) 3025-9525 – e-mail: aaragao@agepan.ms.gov.br

## Expediente

### **Coordenação Editorial**

Silvia Hafez

### **Dados Técnicos**

Diretorias, Ouvidoria, Gerências, Assessorias e Coordenação das Câmaras Técnicas

### **Agência de Publicidade e Propaganda**

RPS Publicidade e Promoções Ltda.

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Impressão**

RPS Publicidade e Promoções Ltda.  
Gráfica e Editora Alvorada Ltda.

### **Tiragem**

300 exemplares



**Agepan**

*Agência Estadual de Regulação de  
Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul*



**Governo do Estado de  
Mato Grosso do Sul**

Avenida Afonso Pena, 3026  
Fone: (67) 3025.9500  
Cep 79002-075 - Campo Grande-MS

[www.agepan.ms.gov.br](http://www.agepan.ms.gov.br)